



PARFIP II

Relatório do 3º Trimestre de 2021

Reforma da Gestão das Finanças Públicas

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E
ECONOMIA AZUL

São Tomé, Novembro de 2021



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Relatório Trimestral das Reformas

RTR T3-2021

PARFIP II

Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

São Tomé, 12 de Novembro de 2021

INDICE

| | |
|--|------------------------------|
| INDICE | 3 |
| LISTA DE ABREVIATURAS | 5 |
| RESUMO EXECUTIVO | 8 |
| I. INTRODUÇÃO | 11 |
| II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 3º Trimestre do Ano de 2021 | 13 |
| Actividades Institucionais | Erro! Marcador não definido. |
| POB. - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas | 14 |
| B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP | 15 |
| B.4. Formação para a implementação das reformas | 15 |
| B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II | 16 |
| PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas | 17 |
| Processo de elaboração do orçamento melhorado | 18 |
| Previsões macro-fiscais sólidas | 20 |
| QDMP global | 22 |
| PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita | 23 |
| Modelo de gestão com base em resultados | 23 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 24 |
| Melhoria da Gestão da Receita | 27 |
| Auditoria Eficaz | 27 |
| Volume de atrasados conhecidos e controlados | 28 |
| PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria | 29 |
| Modernização da Gestão da dívida pública (externa e interna) | 29 |
| Tesouraria | 31 |
| PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas | 33 |
| Governança Reforçada nas EP's | 33 |
| PO.5 - Optimização da gestão do Investimento | 35 |
| Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado | 35 |

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

| | |
|--|-----------|
| Qualidade dos projectos de investimento melhorada _____ | 36 |
| Sistema de M&A funcional _____ | 38 |
| Alocação de recursos otimizada _____ | 38 |
| Quadro Global da APD melhorado _____ | 39 |
| PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna _____ | 40 |
| Melhoria do mecanismo de controlos internos _____ | 40 |
| Controle de despesas salariais eficiente _____ | 41 |
| Gestão do pessoal melhorada _____ | 41 |
| Sistema de informação da administração pública funcional _____ | 42 |
| Abrangência da auditoria interna alargada _____ | 43 |
| Sistema de Aquisições e Património melhorado _____ | 44 |
| Sistemas de informação funcionais _____ | 47 |
| PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais) _____ | 49 |
| Melhoria da qualidade da informação produzida _____ | 50 |
| Produção atempada de relatórios _____ | 51 |
| PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa _____ | 52 |
| Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais _____ | 53 |
| Cobertura da auditoria aumentada _____ | 54 |
| Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada _____ | 55 |
| Escrutínio das OSC's funcional _____ | 55 |
| III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T2 de 2021 _____ | 57 |
| Orçamento executado 2021 do PARFIPP II _____ | 57 |
| IV. Próximos passos _____ | 60 |
| Anexo _____ | 61 |
| Listas de Pessoas Encontradas _____ | 61 |
| Reuniões realizadas _____ | 63 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---------|---|
| AFRITAC | Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI |
| BAD | Banco Africano de Desenvolvimento |
| BM | Banco Mundial |
| CFMP | Cenário Fiscal de Médio-Prazo |
| CGE | Conta Geral de Estado |
| CIP | Centro de Integridade Pública |
| COSSIL | Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações |
| DAF | Direcção Administrativa e Financeira |
| DCP | Direcção de Contabilidade Pública |
| DGA | Direcção Geral das Alfândegas |
| DGAP | Direcção Geral da Administração Pública |
| DI | Direcção de Impostos |
| DITEI | Direcção de Informação e Tecnologia |
| DO | Direcção do Orçamento |
| DP | Direcção de Planeamento |
| DPE | Direcção do Património do Estado |
| DT | Direcção de Tesouro |
| EMAE | Empresa de Água e Electricidade |
| ENAPORT | Empresa Nacional de Administração dos Portos |
| ENASA | Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea |
| ERGFP | Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas |

| | |
|-----------|--|
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FONG | Federação das ONG's de São Tomé e Príncipe |
| GARFIP | Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas |
| GFP | Gestão das Finanças Publicas |
| IGF | Inspeção-Geral das Finanças |
| IPSAS | <i>International Public Sector Accounting Standards</i> |
| MPFEA | Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul |
| OGE | Orçamento Geral do Estado |
| OTOCA | Ordem dos Técnicos Oficiais de Contabilidade e Auditoria |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PARFIP II | Plano de Ação para a Reforma das Finanças Públicas em STP II |
| PEFA | Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento |
| QDMP | Quadro de Despesa de Médio-Prazo |
| QDS | Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial |
| RAP | Região Autónoma do Príncipe |
| SAFE-e | Sistema Administração Financeira do Estado - electrónico |
| SGR | Sistema de Gestão de Recomendação |
| SRH | Sistema de Gestão de Recursos Humanos |
| STP | São Tomé e Príncipe |
| TC | Tribunal de Contas |
| TdR | Termos de Referência |
| UE | União Europeia |
| UMF | Unidade Macro-Fiscal |

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. A realização das actividades do PARFIP II, programadas para o 3º trimestre de 2021, aconteceu num contexto socio-económico impactado pela pandemia da COVID-19, que teve e continua a ter um impacto grave na economia de São Tomé e Príncipe, moderado pela pronta reacção do Governo e dos parceiros externo, atendendo às necessidades sociais e económicas imediatas e implementando gradualmente a consolidação fiscal, como prioridades fundamentais para apoiar a recuperação económica do País e preservar a sustentabilidade da dívida. Estima-se que o crescimento económico seja de 2,1% e de 2,9%, em 2021 e 2022 respectivamente, de acordo com as projecções macro-económicas da Unidade Macro-Fiscal (UMF).

Implementação das Reformas GFP. Embora alguns dos programas tenham retomado um ritmo de execução mais consentâneo com o previsto, em certas áreas o impacto da COVID19 (atrasos na contratação de consultores, na assinatura de contratos, etc.), bem com a campanha presidencial, continuaram a impactar o ritmo de implementação, e o alcançar das metas do PARFIP II.

Operacionalização das Reformas. Não foi possível realizar a 3ª reunião do Comité de Direcção (CD), durante a qual deveria ser aprovado o Relatório Trimestral das Reformas (RTR), relativo ao 2º Trimestre de 2021. A sua aprovação foi adiada para o mês de novembro e será realizada conjuntamente com o presente relatório RTR T3-2021.

A informação financeira sobre a execução orçamental dos trimestres até à data continua a ser muito limitada. A semelhança dos trimestres anteriores, não foi possível completar a execução do orçamento do PARFIP II, por falta de informação disponível no SAFE-e ou entregue ao GARFIP pelos Pontos Focais.

Para o quarto trimestre de 2021, estão previstas as seguintes actividades: (i) finalização do RTR T3-2021, aprovação (pelo CD) e publicação dos Relatórios de Actividades das Reformas T2 e T3, (ii) obtenção de informação financeira sobre as despesas com as reformas da GFP, por parte da Contabilidade Pública (para realizadas com financiamento interno) e dos parceiros de desenvolvimento, (iii) realização de uma Reunião da Instância de Diálogo, visando (a) finalizar a sua operacionalização, com a aprovação dos seus TdR (b) obter informações

sobre os financiamentos previstos para o próximo ano, que serão utilizados para a elaboração do orçamento de 2022 do PARFIP II, (iv) continuação da implementação das reformas, nos limites dos recursos disponíveis e das actividades não necessitando financiamento, (v) finalização da elaboração do Plano de Actividades e Orçamento de Reforma para o ano de 2022, (vi) elaboração, com apoio dos consultores, de um conjunto de documentos de orientação e TdR's em apoio à implementação das reformas, nomeadamente dando seguimento e estendendo o piloto realizado com a DO (Proposta de melhoria de 5 Indicadores PEFA), para a identificação e a priorização de actividades de melhoria de indicadores específicos PEFA, a outras direcções do MPFEA, e (vii) acompanhamento da implementação das recomendações do GARFIP, apresentadas a seguir.

Recomendações

1. Um contabilista deverá ser nomeado/designado na equipa do GARFIP, para elaborar o plano de contas, a contabilidade e os relatórios financeiros das reformas da GFP;
2. Um jurista deverá ser nomeado/designado na equipa do GARFIP, para assegurar a qualidade de todas as novas leis, circulares, despachos, manuais na área da GFP e acompanhar todo o processo legislativo da reforma da GFP;
3. Iniciar o processo formal de revisão da Lei SAFE, e demais legislação atinente com o apoio da AT ao GRFIP, a fim de assegurar a melhoria da qualidade da GFP no País, como medida pelo quadro do PEFA;
4. Analisar e emitir recomendações sobre i) o Relatório de avaliação e estado de funcionamento das Empresas Públicas (EP's) e ii) a Proposta de revisão do quadro legal das EP's;
5. Criar, no quadro da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
6. Reavaliar (a DP) a proposta de lei e o regulamento estruturando o SNIP antes de avançar com a aprovação do pacote legislativo e antes da entrada em funcionamento do e-SNIP;
7. Iniciar, após a aprovação da lei e do regulamento do SNIP, os trabalhos para a finalização do quadro institucional das equipas de elaboração seleção, aprovação e priorização das propostas de investimento, e estender as acções de formação aos demais funcionários envolvidos na área dos investimentos públicos, a nível central e descentralizado;

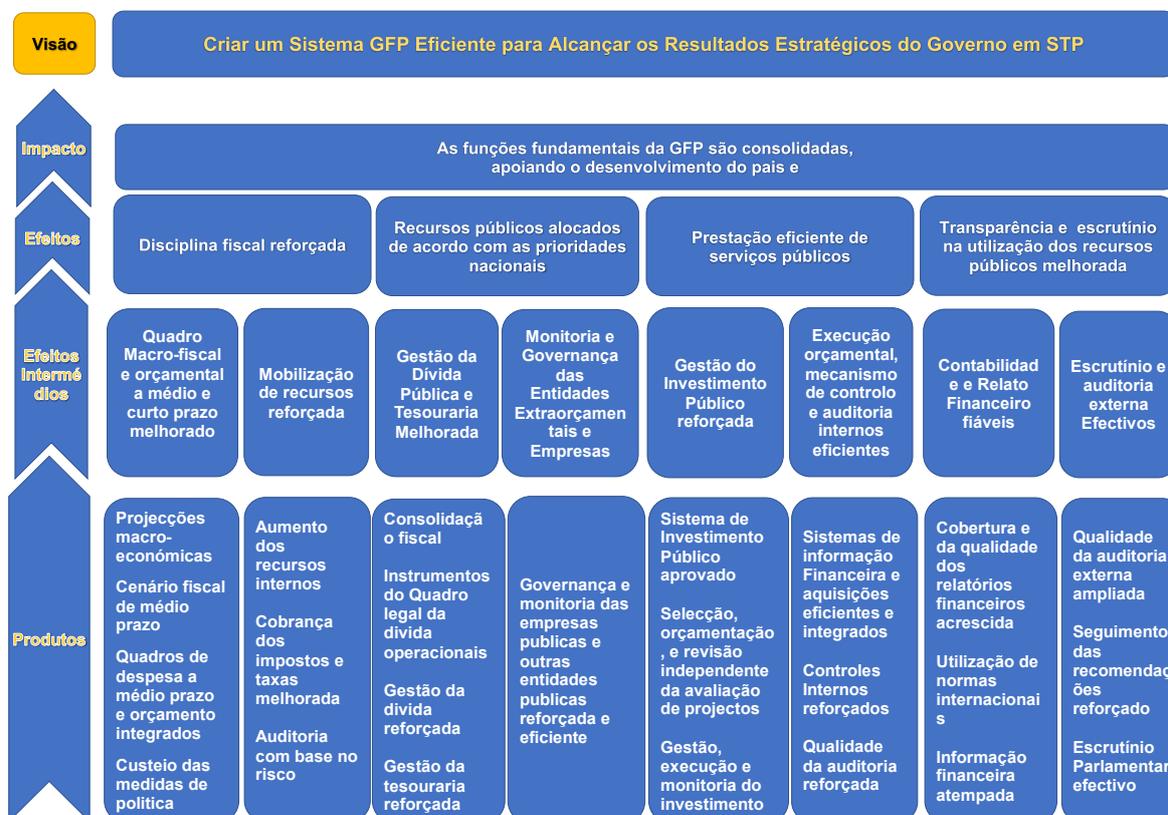
8. Avaliar (a DP com o apoio da AT do GARFIP, se for necessário) a qualidade das versões preliminares das metodologias simplificadas para avaliação económica e financeira dos projectos d investimento;
9. Iniciar a transversalização da dimensão das mudanças climáticas nas Finanças Públicas, através de uma avaliação do status quo em STP;
10. Avaliar a adequação do quadro institucional para a gestão do Sistema de Gestão dos Recursos Humanos, adquirir equipamentos informáticos de suporte e reforçar a dotação em meios humanos da DNAP;
11. Finalizar os TdR's preliminares para o sistema de informação do património, que foram desenvolvidos pela DPE e procurar financiamento para a sua implementação;
12. Decidir qual a opção de desenvolvimento se pretende para o SAFE-e, e submetê-la à validação definitiva do Ministro PFEA e posterior desenvolvimento de uma "*feuille de route*";
13. Iniciar o processo de definição de um plano de introdução das IPSAS em São Tomé e Príncipe, no início do ano 2022.

I. INTRODUÇÃO

Informação básica. A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II), introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados, para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, quais sejam (i) aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, (ii) alocar recursos às prioridades estratégicas do país e (iii) alcançar e manter a disciplina fiscal.

As actividades implementadas durante o 3º trimestre de 2021 estão alinhadas com o Plano de Actividade para 2021, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP



Ritmo de implementação. Consta-se que, no 3º trimestre de 2021, não obstante o facto de alguns programas terem retomado um ritmo de execução mais consentâneo com o previsto, que, em outras áreas, o impacto da COVID19 (atraso na contratação de consultores, assinatura de contratos, etc.), bem com a campanha presidencial, continuaram a impactar negativamente o ritmo de implementação do PARFIP II.

Esta diminuição do ritmo de implementação das actividades deverá ser revertida, nos próximos trimestres, pela ampliação do piloto executado com a DO, pelo fortalecimento da equipa do GARFIP, pela mobilização dos Pontos Focais, pela orientação e fornecimento de informações pela Instância de Diálogo, a fim de se manter o objectivo de alcançar os produtos e consequentemente os resultados previstos pela ERGFP.

O objectivo do relatório. O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 3º trimestre do ano, ou seja, de Julho a Setembro de 2021.

A estrutura do relatório. O presente relatório organiza-se à volta dos programas operacionais previstos do PARFIP II para 2021, **estando o** documento estruturado em quatro capítulos, para além do **resumo executivo**: O primeiro capítulo dispõe sobre a **Introdução**; o segundo capítulo descreve as **actividades realizadas no 3º trimestre do ano 2021** no quadro da implementação dos Programas operacionais, alinhados aos oito objetivos, e ao Programa básico de suporte, conforme as respectivas componentes e medidas, o terceiro capítulo apresenta, na medida das restrições de informação disponível, a **execução financeira T3-2021** do PARFIP II, sendo que o quarto capítulo apresenta **os próximos passos**.

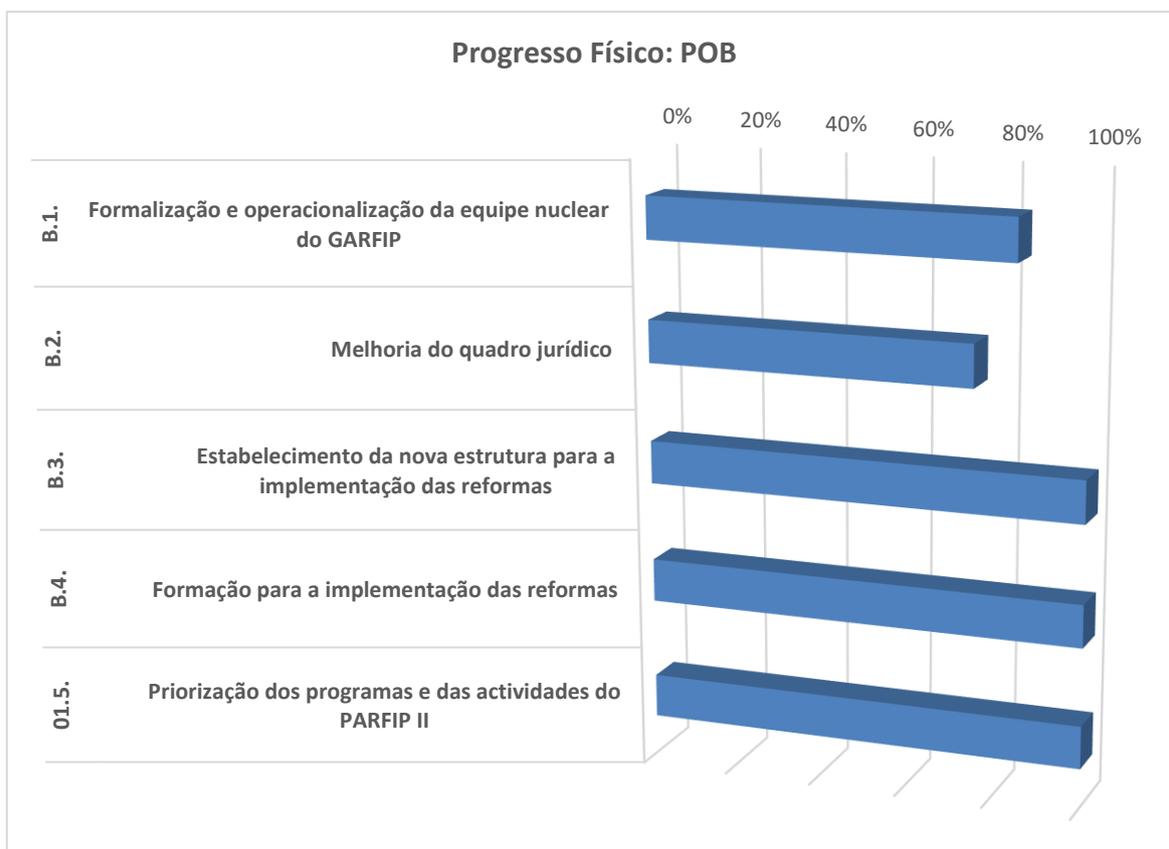
II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 3º Trimestre do Ano de 2021

O PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da ERGFP, prevê uma série de actividades, financiamentos e impactos na qualidade da GFP em STP, através da realização de um conjunto de produtos que permitam produzir os efeitos intermédios necessários à consecução dos efeitos e do impacto esperado, conforme a cadeia de resultados apresentados acima (Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP), este capítulo retrata as actividades realizadas nos meses de Julho, Agosto e Setembro de 2021.

POB. Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional básico (POB) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos directos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indirectos consideráveis na implementação com êxito dos demais programas operacionais. No quadro deste programa e desde o início do PARFIP II, foram implementadas (com alguns atrasos) a quase totalidade das actividades previstas:



Durante este trimestre, para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário, foram executadas as seguintes acções estruturadas nos componentes abaixo:

B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

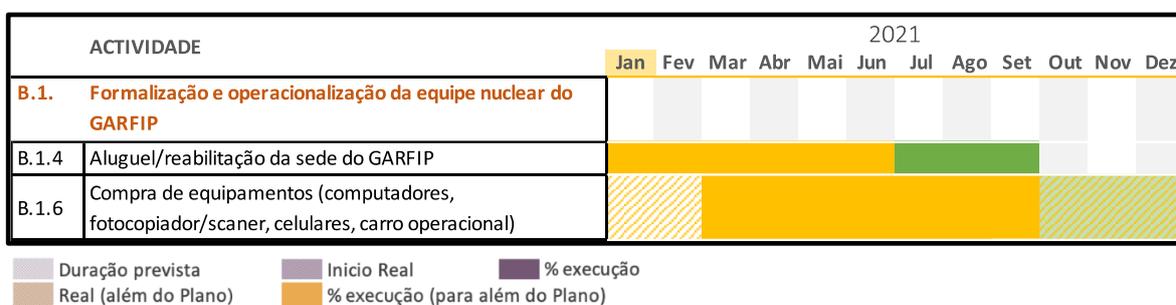
B.1.4 Aluguer/Reabilitação da Sede do GARFIP

Foram terminadas as obras, com financiamento da DUE, de reabilitação do novo espaço para o GARFIP, o que permitiu a mudança do Gabinete para o novo espaço.

B.1.6 Compra de equipamentos

Com apoio da União Europeia foi possível adquirir os equipamentos básicos para o funcionamento do GARFIP.

Cronograma



B.4. Formação para a implementação das reformas

B.4.1 Elaboração dos módulos de formação

Durante o trimestre foram iniciados os trabalhos de elaboração dos módulos de formação em Gestão de Projectos e Monitoria e Avaliação, previstos para serem lecionados no mês de Outubro a técnicos do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Tribunal de Contas (TC), Assembleia Nacional (AN) e Ministérios sectoriais.

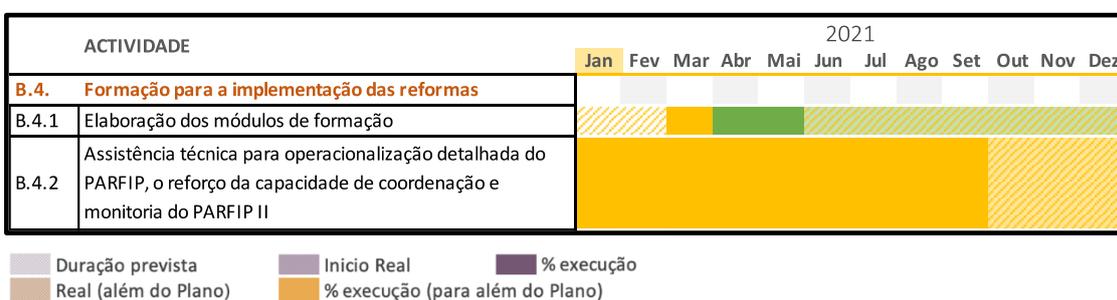
B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhada do PARFIP, o reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIP II

A Assistência Técnica (AT) continuou os trabalhos de apoio ao GARFIP e aos Pontos Focais, tendo nomeadamente apoiado nos encontros com os stakeholders do PARFIP II, visando obter o ponto de situação da implementação das actividades, de modo a elaborar o Relatório Trimestral das Reformas para o 2º Trimestre de 2021, encontros de trabalho com

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

a equipa do Fundo Monetário Internacional (FMI), encarregue das questões da reforma fiscal e o responsável do Banco Mundial pelo projecto de melhoria do sistema de informação da dívida, elaboração de um *draft* do regulamento de funcionamento da Instância Diálogo (ID) e a preparação e discussão de uma Nota, como experiência-piloto visando estabelecer um *roadmap* para a melhoria dos indicadores PEFA (5, 9, 14, 16 e 17) a introduzir, pela Direcção do Orçamento (DO), no processo de preparação do Orçamento para 2022, bem como na documentação orçamental a submeter à Assembleia Nacional.

Cronograma

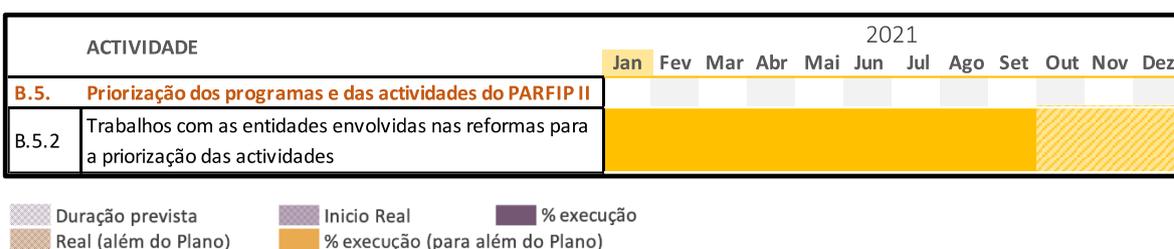


B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II

B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades

O GARFIP continuou o processo de coordenação da implementação das reformas com contactos regulares com os Pontos Focais de todas as entidades envolvidas nas reformas. Esse processo será repetido anualmente e durante o 4º trimestre de 2021, considerando os resultados da ampliação do Piloto com a DO.

Cronograma



PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportem a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e projecção de receitas e de despesas para estabelecer metas fiscais compatíveis com os objectivos de médio prazo.

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foi realizada uma parte importante das das actividades previstas:

| Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos | | |
|--|---|--------------------|
| Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado | | |
| Produtos do Programa Operacional: | | |
| # | Produto | Status de Execução |
| Produto 1 | Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados | Atraso |
| Produto 2 | Projeções macro-económicas | conforme previsto |
| Produto 3 | Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional | conforme previsto |

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

Processo de elaboração do orçamento melhorado

1.1.2 Actualização da Lei SAFE para inclusão das melhores práticas (incluindo o QDMP. Orçamento Programa. orçamento anual...)

No quadro da revisão da lei SAFE, o GARFIP iniciou discussões visando elaborar uma proposta de constituição de um grupo de trabalho para a revisão da lei SAFE, tendo efectuado contactos preliminares com a Direcção do Orçamento (DO) e a Direcção do Planeamento (DP) e a Assembleia Nacional, para a recolha de subsídios. Estes trabalhos terão continuidade durante o 4^a trimestre deste ano, com o apoio da AT ao GARFIP.

1.1.5 Articulação entre políticas, planeamento e orçamento

1.1.5.1 Formação para a elaboração do Orçamento Programático

Durante o trimestre não foi possível lançar a contratação da Assistência Técnica (AT), financiada pelo projecto Pro-PALOP, para efectuar uma formação no domínio do orçamento-programa e apoiar na elaboração da metodologia para a sua introdução no país.

1.1.5.2 Refletir os programas dos planos nacionais e sectoriais, no classificador orçamental, e incluí-los na Planificação e Orçamentação

Houve continuidade nos trabalhos entre a DP e a DO, a fim de se avançar com o processo de harmonização entre os Programas constantes das Grandes Opções do Plano (GOP's) e os programas previstos no orçamento, nomeadamente com os 5 ministérios-piloto (Agricultura, Educação, Saúde, Obras Públicas e Justiça). Não obstante, considerou-se que a acção de alinhamento do classificador orçamental será concluída e operacionalizada somente a partir do ano orçamental de 2022, com a consolidação do exercício do Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP).

1.1.8 Capacitação e elaboração do orçamento cidadão

Durante o trimestre, os trabalhos sobre o Orçamento-cidadão não permitiram definir o modelo a ser utilizado o que não permitiu a publicação dos Orçamentos Cidadão relativos aos anos de 2020 e 2021.

No 4º trimestre, prevê-se desenvolver uma nova estrutura para (i) o resumo de apresentação da proposta de OE para 2022 e (ii) nova estrutura do orçamento cidadão, actividades essas que contarão com o apoio da AT ao GARFIP.

1.1.10 Integração dos marcadores de género no orçamento

1.1.10.1 Capacitação sobre a orçamentação sensível ao género para os quadros do MPFEA e os GEP's

Durante o mês de Setembro, efectuou-se uma acção de formação *on-the-job*, que incluiu beneficiários dos sectores de água e saneamento, finanças e planeamento, visando permitir a integração da abordagem do género no Orçamento do Estado (OE) para 2022, tendo-se efectuado uma análise do orçamento de 2021 na perspetiva de género para efeitos de monitorial social dessas despesas.

1.1.10.2 Integração da questão de género na circular orçamental

A circular orçamental, para o ano 2022, orienta o sector de água e saneamento no sentido da inclusão da dimensão género. Assim, os projectos de investimentos desse sector deverá incluir uma análise do impacto sobre o género e respectivos marcadores de género, bem como indicadores desagregados por sexo. A circular instrui também o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, a disponibilizar dados, desagregados por sexo, sobre o nº de funcionários, por nível, bem como os respectivos salários médios.

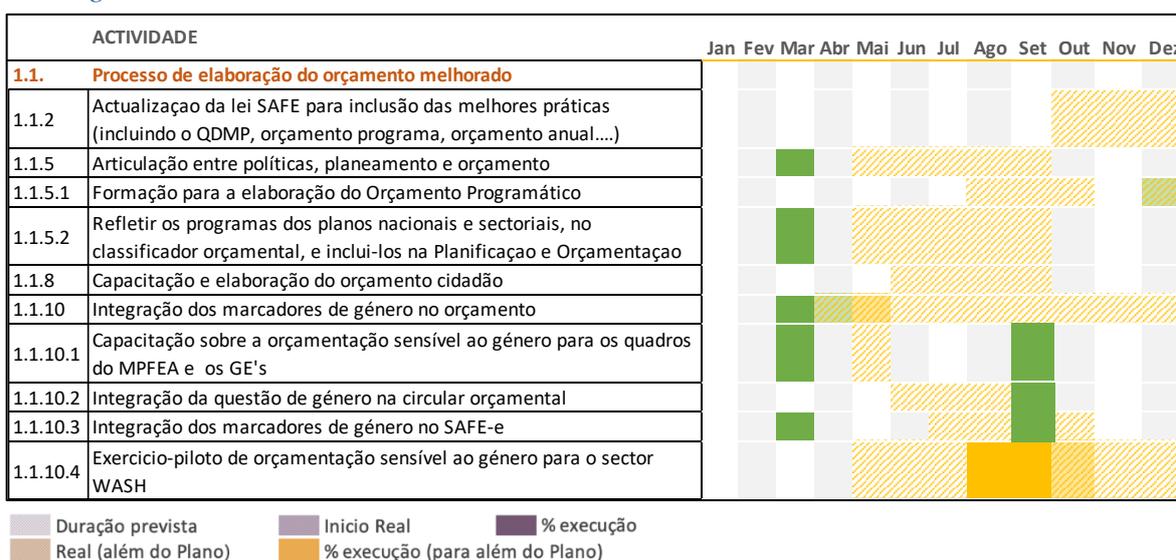
1.1.10.3 Integração dos marcadores de género no SAFE-e

Embora se tenha decidido que, de momento, não se integrará marcadores de género no SAFE-e, com apoio da assistência técnica do projecto PRO-PALOP/TL, desenvolveu-se uma matriz de categorização dos Programas, com a qual se analisou o Orçamento de 2021 e com base na qual se poderá, num futuro próximo desenvolver uma proposta de estrutura de marcação. Iniciou-se, entretanto, um processo de inclusão de indicadores sensíveis ao género nas fichas de projetos e nos quadros lógicos destes.

1.1.10.4 Exercício-piloto de orçamentação sensível ao género para o sector Água e Saneamento

Neste trimestre foi finalizado o trabalho de revisão da Estratégia Participativa 2040, o qual permitiu a realização de um exercício-piloto para o sector de Água e Saneamento e com os sectores das Finanças e do Planeamento, permitiu identificar a necessidade de processos de transversalização da abordagem de género nos documentos programáticos dos setores de Abastecimento de água e de Saneamento Básico, a fim desta abordagem estar espelhada de forma mais visível, bem como a necessidade de se incluir objetivos específicos relativos a igualdade de género nos respectivos programas e uma maior articulação dos mesmos com a Estratégia Nacional de Igualdade e Equidade de Género.

Cronograma



Previsões macro-fiscais sólidas

1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional

Tendo em conta o contexto do 3º trimestre (eleições presidenciais, pedido de demissão do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia e Azul) não foi possível validar a proposta de alteração do Despacho nº 81/2019, o que deverá ocorrer durante o 4º trimestre do ano.

1.2.1.4 Capacitação em técnicas de previsão macro-económica, ferramentas de análise de conjuntura e programação financeira e modelização

Durante o trimestre, as diferentes Direcções que compõem a UMF, continuaram as discussões sobre o formato de uma assistência técnica *on-the-job* à UMF. Uma decisão final na matéria foi adiada para o 4º trimestre, devendo ser discutida com o financiador a abordagem.

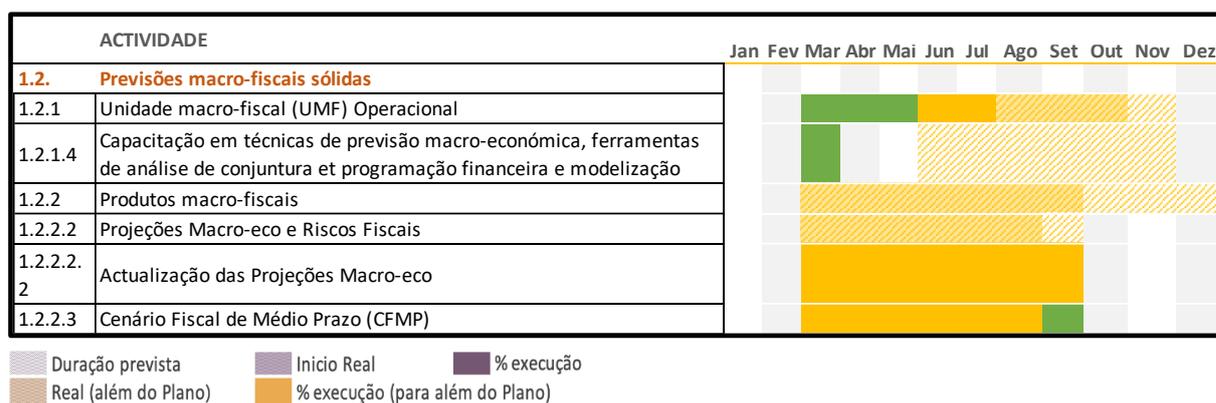
1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 Actualização das Projecções Macro-económicas e riscos fiscais

No mês de Setembro foram, como previsto, actualizadas as projecções macro-económicas, para o período 2021-2023, de modo a servirem como elementos enquadradores da preparação do Orçamento de 2022.

De modo a responder às melhores práticas, a partir do próximo exercício de revisão das projecções, estas incluirão o ano da proposta orçamental e os dois anos seguintes, ou seja, em 2022, far-se-á a projecção para o horizonte 2023-2025.

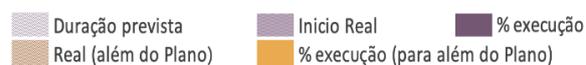
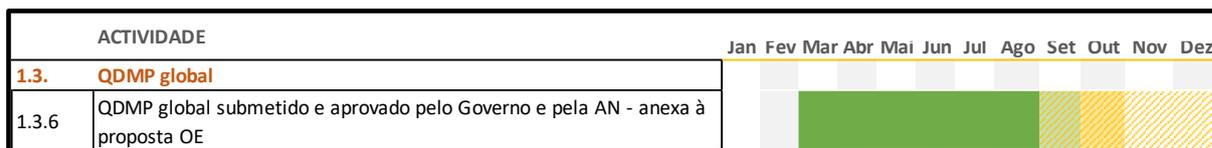
Cronograma



QDMP global

1.3.6 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN

Foram iniciados os trabalhos de revisão do QDMP global, que será submetido em anexo à proposta de orçamento para o ano de 2022.



PO.2 - Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da receita.

| Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos | | |
|--|---|--------------------|
| <u>Objectivo estratégico:</u> Mobilização de recursos reforçada | | |
| Produtos do Programa Operacional: | | |
| # | Produto | Status de execução |
| Produto 1 | Aumento dos recursos internos | atraso |
| Produto 2 | Cobrança dos impostos e taxas melhorada | atraso menor |
| Produto 3 | Auditoria com base no risco | atraso |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas com certos atrasos em comparação com as actividades inicialmente previstas.

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foram executadas um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Modelo de gestão com base em resultados

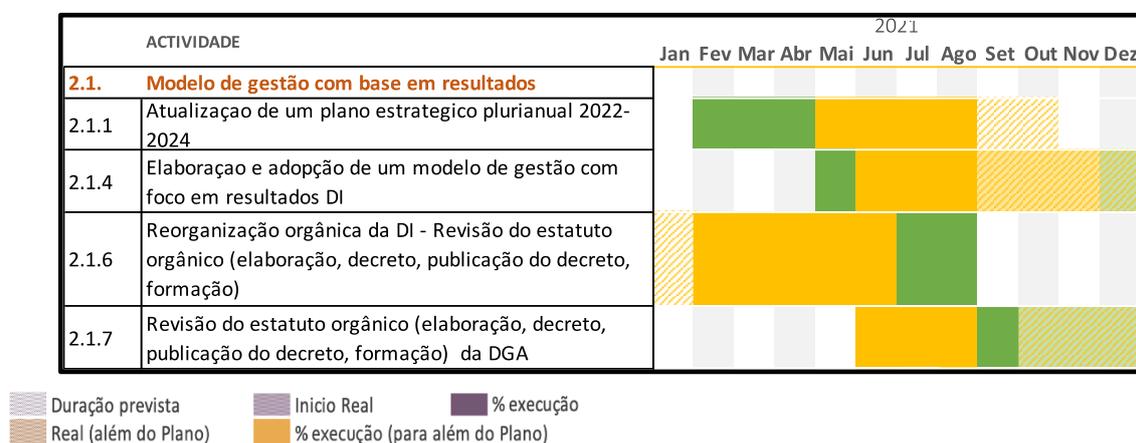
2.1.6 Re-organização da DI - Revisão do estatuto orgânico

Durante o trimestre, efectuaram-se discussões alargadas sobre a proposta de ante-projecto da nova orgânica da Direcção dos Impostos (DI), que contou com o apoio da AT disponibilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), devendo-se ter, no decurso do 4º trimestre, uma posição harmonizada sobre o conteúdo da proposta. Isto permitirá a sua submissão e aprovação pelo Ministro no primeiro semestre de 2022.

2.1.7 Revisão do estatuto orgânico da DGA

Considerando a necessidade da revisão do estatuto orgânico da Direcção-Geral das Alfândegas (DGA) ser a mais abrangente possível, através da audição de todos os funcionários, alargou-se a composição da Comissão encarregue da revisão. Igualmente, tendo em conta os novos desafios aos quais a Alfândega se defronta, tais como as questões transfronteiriças, meio ambiente, comércio electrónico, etc., decidiu-se alargar o prazo de elaboração da proposta para o 1º trimestre de 2022, logo após a reunião do Conselho de Directores da Alfândega.

Cronograma



Imposto sobre o Valor Acrescentado

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

O Plano de implementação do IVA deverá ser actualizado tendo em conta que o desenvolvimento do sistema de informação do Imposto sobre o Valor acrescentado (IVA) ainda não se iniciou. Entretanto, o Governo submeteu à Assembleia Nacional (AN) o pedido de autorização legislativa, que lhe permitirá aprovar o Imposto Especial de Consumo (IEC) através de Decreto-Lei, devendo a proposta ser aprovada na sessão parlamentar de Novembro de 2021.

Assim, estarão criadas as condições de aprovação do IEC, bem como do regulamento do IVA, neste caso através de um Decreto, o que finalizará a ossatura legal para o pleno funcionamento do IVA.

2.2.4 Formação dos 25 funcionários selecionados

Os processos de recrutamento de 25 técnicos foram visados pelo Tribunal de Contas, estando assim criadas as condições legais para a sua integração na DI. Ao mesmo tempo deu-se continuidade ao reforço da capacidade dos mesmos pela via de acções de capacitação *on-the-job*, nomeadamente pela participação em acções inspectivas das brigadas de Inspeção da DI.

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de informação para a gestão do IVA

Durante o trimestre, as condições para o início da implementação do sistema de informação para a gestão do IVA ainda não estavam reunidas. Assim, o processo concursal para a selecção de uma empresa para o desenvolvimento do sistema de informação de gestão do IVA não foi concluído, o que deverá acontecer no 4º trimestre de 2021.

2.2.6 Aquisição de equipamento informático e de escritório

No trimestre, concluíram-se os processos de aquisição do material tendo os mesmos sido já entregues à DI, continuando, todavia, sem lançar os processos concursais para a aquisição de 2 viaturas e 6 motocicletas, necessárias para as acções de fiscalização previstas no quadro do IVA.

2.2.7 Formação

Iniciou-se, neste trimestre, a execução do plano de formação com a realização de uma missão a Cabo Verde de oito técnicos da DI para conhecer a experiência de introdução e gestão do IVA nesse país. A esta acção de reforço de capacidade, adicionar-se-á como previsto, no 4º trimestre, uma acção de formação ministrada por técnicos de Cabo Verde e uma acção online da Autoridade Tributária de Portugal, ambas dirigidas a cerca de 60 técnicos da DI e da Região Autónoma do Príncipe.

No período, após a assinatura do contrato com a Ordem de Contabilistas Certificados (OCC) de Portugal para assegurar uma assistência técnica de 2 anos à OTOCA, foi realizado o primeiro exame de admissão para contabilistas certificados e auditores certificados da OTOCA em Setembro de 2021. Igualmente, de modo a dar conhecer as actividades da

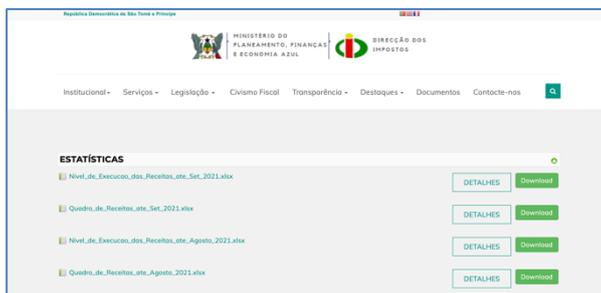
OTOCA foi criada uma página nas redes sociais, prevendo-se a elaboração, no 4º trimestre, de uma newsletter, revista e o lançamento de um website.

2.2.8 Comunicação

No trimestre, foi decidido que a gestão da comunicação para a entrada em vigor do IVA será objecto de um único contrato, o que permitirá ter um único fornecedor para a formulação da campanha e dos seus suportes, bem para a sua execução, prevendo a contratação da empresa nos próximos meses, cabendo à DI actividades de informação para os *stakeholders* pela via de workshops e palestras.

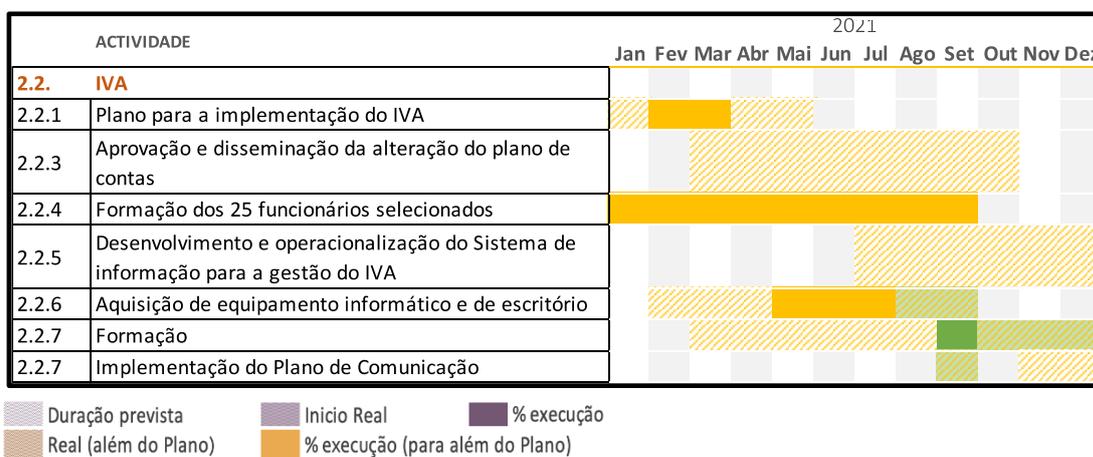
Igualmente de modo a reforçar o acesso de contribuintes à legislação aplicável no domínio dos impostos, deu-se início a trabalhos de melhoria do *front-page* do website da DI, com o propósito de poder disponibilizar, até ao final do ano de 2021, informação actualizada sobre a legislação em vigor.

Concomitantemente, continuou-se processo de publicação de informação actualizada sobre as receitas cobradas



O

Cronograma



Melhoria da Gestão da Receita

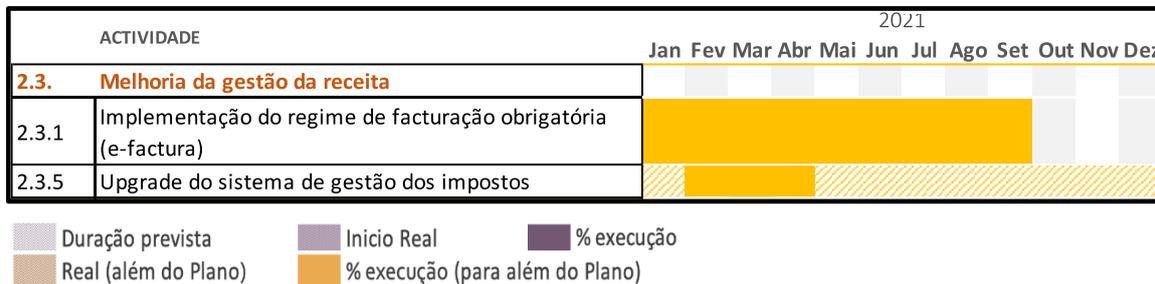
2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória (e-factura)

A implementação do e-factura tem enfrentado desafios tendo em conta que os contribuintes não tem efectuado o *upload* regular da informação. Assim, como medida de mitigação, equipas de 2 funcionários da DI, tem-se deslocado às sedes das empresas a fim que estas regularizem a sua situação, apoiando-as no processo de comunicação das facturas. Neste sentido, criou-se também um espaço, na DI, que permite o *upload* das facturas, bem como tem servido de espaço de aconselhamento dos contribuintes sobre o e-factura.

2.3.5 Upgrade do sistema de gestão dos impostos

Aguarda-se o início dos trabalhos de desenvolvimento do sistema de gestão do IVA, para se poder lançar o concurso para o desenvolvimento do sistema integrado de gestão dos impostos.

Cronograma

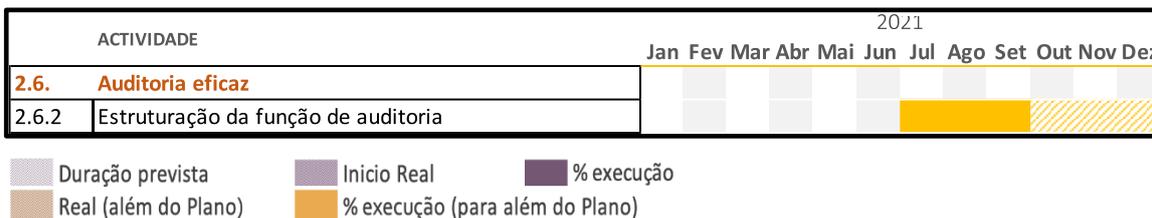


Auditoria Eficaz

2.6.2 Estruturação da função de auditoria

Durante o período, foi finalizado o manual contendo o regulamento de auditoria interna da Direcção-Geral das Alfândegas, tendo o mesmo sido submetido ao Gabinete Jurídico do Ministério, esperando a sua aprovação no decurso do último trimestre do ano de 2021 ou no 1º trimestre de 2022. O manual irá permitir um melhor funcionamento da auditoria, definindo os procedimentos para o efeito e orientando o trabalho de terreno.

Cronograma

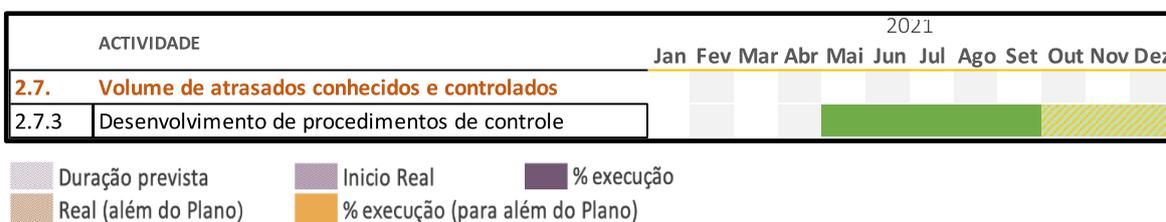


Volume de atrasados conhecidos e controlados

2.7.3 Desenvolvimento de procedimentos de controle

A nível das alfândegas, actualizou-se o nível global dos atrasados até ao 3º trimestre de 2021, não havendo de momento a desagregação por antiguidade destes atrasados.

No que se refere à DI iniciar-se-á no próximo trimestre o trabalho de implementação das recomendações relativas à estrutura de monitoria dos atrasados, nos termos do estudo efectuado pela assistência técnica do FMI. No 4º trimestre, a DI com a AT do GARFIP, avaliarão o impacto no indicador relativo do PEFA da realização dessas recomendações.



PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e Tesouraria

O Programa operacional tem como objetivos melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria.

| Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos | | |
|--|---|--------------------|
| <u>Objectivo estratégico:</u> Gestão da Dívida Pública e Tesouraria Melhorada | | |
| Produtos do Programa Operacional: | | |
| # | Produto | Status de execução |
| Produto 1 | Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais | Atraso |
| Produto 2 | Gestão da dívida reforçada | Atraso menor |
| Produto 3 | Gestão da tesouraria reforçada | Conforme previsto |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas com certos atrasos em comparação com as actividades inicialmente previstas.

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foram executadas as seguintes acções:

Modernização da Gestão da dívida pública (externa e interna)

3.1.2 Melhoria das operações

3.1.2.1 Emissão e gestão da dívida

O Gabinete da dívida tem monitorizado regularmente os processos de emissão de dívida, através da sua participação nas reuniões regulares da Comissão de gestão dos títulos,

encarregue do acompanhamento da emissão de Bilhetes do Tesouro. Igualmente, continuou o seguimento activo das garantias existentes e dos passivos contingentes.

No quando da Comissão de Gestão de Títulos iniciou-se o processo de preparação do plano de emissão de dívida interna para o ano 2022, de modo a suportar as necessidades da Tesouraria do Estado.

3.1.4 Sistema de Informação para a gestão da dívida

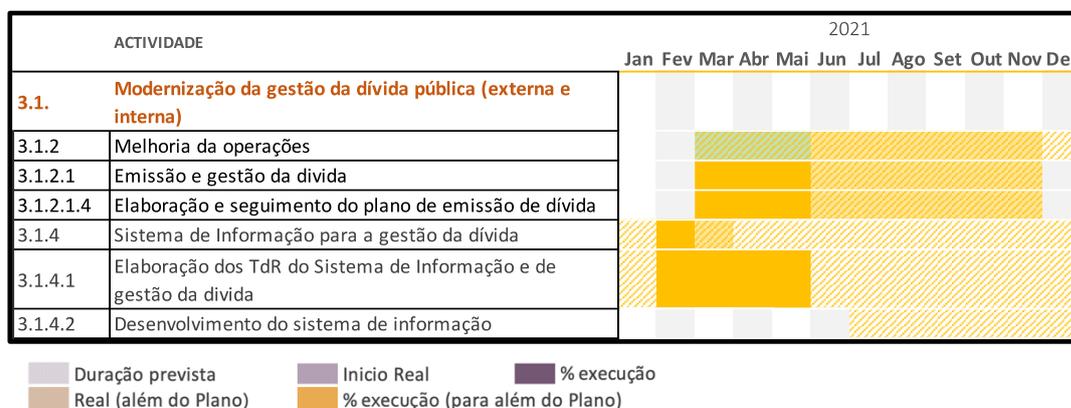
3.1.4.1 Elaboração dos TdR's do sistema informação e de gestão da dívida

Neste período, no seguimento da elaboração, pelo consultor, do documento de visão do sistema, que define o escopo do projecto, os módulos do sistema e suas respectivas funcionalidades, deu-se início à 2ª fase do trabalho do analista de negócio. Esta fase engloba a definição das funcionalidades necessárias para o controle da Dívida Interna, bem como o carregamento de diversas informações e dados económicos, devendo terminar no 4º trimestre do ano

De modo que o analista possa inter-agir com o desenvolvedor do sistema foram finalizadas as discussões com o financiador (Banco Mundial) sobre o formato (presencial ou remoto) do desenvolvimento do sistema, o que permitirá, no 4º trimestre, o lançamento do concurso para a sua selecção, por um período previsto de 18 (dezoito) meses, no término da qual será igualmente elaborado o manual de utilização do software.

Entretanto, de modo a assegurar que exista *know how* interno para a manutenção regular e evolutiva do sistema, a DITEI, através de 2 programadores, assegurará o acompanhamento dos trabalhos de desenvolvimento do sistema.

Cronograma



Tesouraria

3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT

O regulamento relativo ao Regime de Tesouraria, que foi produzido em 2020 e alterado pela DT, não foi ainda submetido pelo Gabinete Jurídico ao MPFEA.

3.2.1.4 Controle das contas da Administração central

O controle das contas bancárias em bancos comerciais continua a ser reforçado tendo-se já, em dois bancos, encerrado entre 50 a 80% das contas. Prevê-se que, até Junho de 2022, 100% das contas inactivas da Administração estejam encerradas e os respectivos saldos transferidos para a Conta Única do Tesouro (CUT).

3.2.3 Gestão da Tesouraria

3.2.3.1 Manual de Procedimentos

Foram iniciados os trabalhos conducentes à selecção de um consultor para a elaboração do manual de procedimento da gestão da tesouraria, que deverá ser concluído no ano de 2021. Este manual deverá entre outros prescrever os procedimentos necessários para o começo dos trabalhos de modelização e responder às melhores práticas internacionais, reflectidas no quadro do PEFA.

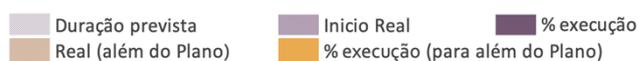
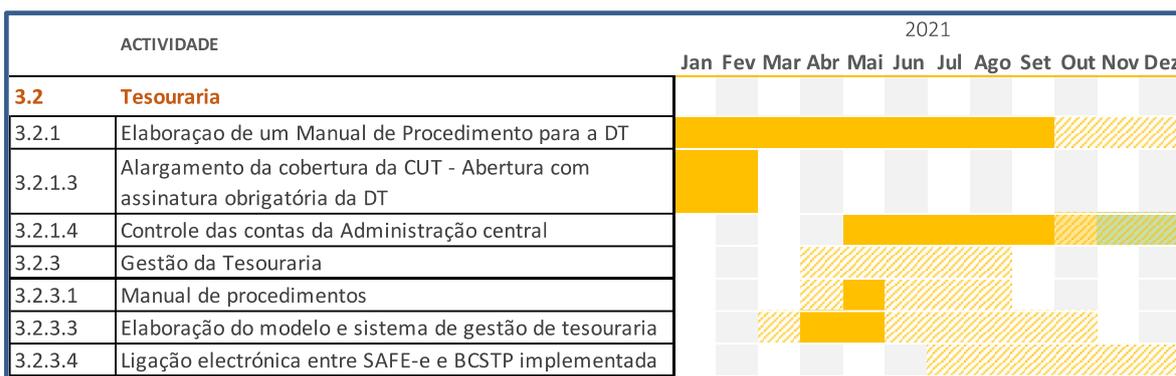
3.2.3.3 *Elaboração do modelo e sistema de gestão de tesouraria*

Estão pendentes para o próximo trimestre, a aprovação e posterior entrada em vigor, em 2022, da proposta de Decreto que estabelece a composição e o funcionamento do Comité do Plano de Tesouraria do Estado e o respectivo manual de funcionamento.

3.2.3.4 *Ligação eletrónica entre o SAFE-e e o BCSTP*

O processo de ligação entre o Tesouro e o BCSTP não teve desenvolvimentos no trimestre, ficando-se a aguardar o início do projecto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) relativo à implementação do sistema “*Real-Time Gross Settlement*” de modo a se poder decidir qual a melhor solução a adoptar.

Cronograma



PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

O Programa operacional tem como objetivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Publicas reforçada

Produtos do Programa Operacional:

| # | Produto | Status de execução |
|------------------|--|--------------------|
| Produto 1 | Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada | Atraso Substancial |
| Produto 2 | Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada | Atraso Substancial |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas com alguns atrasos substanciais, em comparação com as actividades inicialmente previstas.

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foi previsto um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Governança Reforçada nas EP's

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Os trabalhos sobre a continuidade da reforma do quadro legal das EP's não teve avanços, à semelhança do trimestre anterior, devendo a consultoria financiada pelo BM reiniciar-se no mês de Novembro de 2021, com a realização de uma missão de terreno para a discussão dos

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

dois documentos já produzidos – (i) Relatório de avaliação e estado de funcionamento das Empresas Públicas (EP's) e (ii) a Proposta de revisão do quadro legal das EP's. Nessa missão, terá lugar, igualmente, o seminário sobre boas práticas na governança do sector, envolvendo os diferentes *stakeholders*.

4.1.3 Assistência técnica à equipa de seguimento das EP's

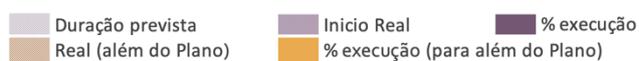
Esta actividade também não foi executada devido à impossibilidade da consultoria se deslocar a STP.

4.1.5 Auditoria das EPs

Não tendo tido o feedback das empresas, cujas contas de 2017 e 2018 foram auditadas, a DT iniciou contactos, para a busca de financiamento que permitisse o recrutamento de uma consultoria para apoiar as empresas, a ENASA, EMAE, ENAPORT e Correios, na implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria.

Cronograma

| ACTIVIDADE | | 2021 | | | | | | | | | | | |
|---|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | | Jan 13 | Fev 14 | Mar 15 | Abr 16 | Mai 17 | Jun 18 | Jul 19 | Ago 20 | Set 21 | Out 22 | Nov 23 | Dez 24 |
| 4.1. Governança Reforçada nas EP's | | | | | | | | | | | | | |
| 4.1.1 | Formalizar a equipe responsavel para a implementação das reformas dentro do Tesouro | | | | | | | | | | | | |
| 4.1.2 | Reforma do quadro legal e institucional das EP's | | | | | | | | | | | | |
| 4.1.3 | Assistência técnica à equipa de seguimento das EP's | | | | | | | | | | | | |
| 4.1.5 | Auditoria a EP's | | | | | | | | | | | | |



PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o *value for money* dos investimentos públicos, através da criação da infraestrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Para a consecução dos produtos foi iniciada a implementação das acções seguintes:

| Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos | | |
|---|---|--------------------|
| <u>Objectivo estratégico:</u> Gestão do Investimento Público Melhorada | | |
| Produtos do Programa Operacional: | | |
| # | Produto | Status de execução |
| Produto 1 | Sistema de Investimento Público aprovado | Atraso |
| Produto 2 | Seleccção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos | Atraso |
| Produto 3 | Gestão, execução e monitoria do investimento | Atraso |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas vários atrasos, em comparação com as actividades inicialmente previstas.

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foi previsto um conjunto de acções estruturadas nas componentes seguintes:

Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

Durante o trimestre foi discutida a abordagem que deverá ser seguida em relação à aprovação da proposta de lei e o regulamento estruturando o SNIP. Assim, debateu-se se dever-se-ia avançar com a aprovação do pacote legislativo antes da entrada em funcionamento do e-SNIP ou manter-se-ia a opção inicial de só ser aprovado após o sistema ser desenvolvido. Desta

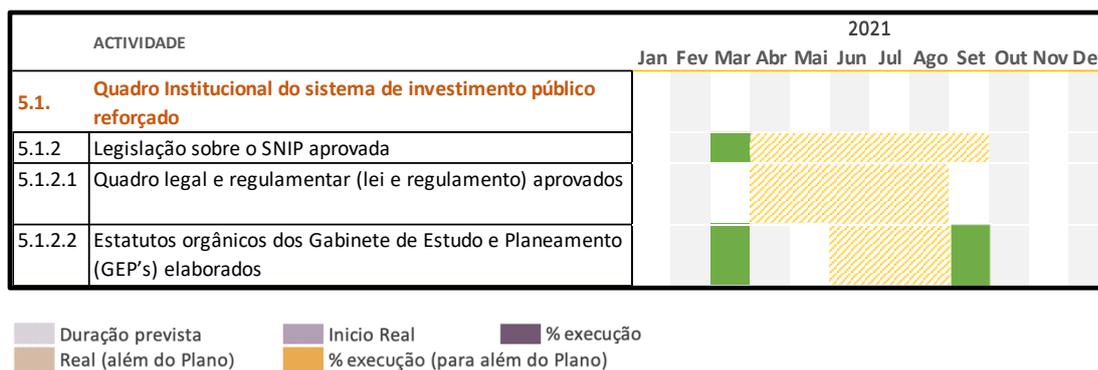
discussão concluiu-se em avançar com a opção 1, durante o 4º trimestre ou início do 1º trimestre de 2021.

Após a aprovação da lei e do regulamento do SNIP, a DP iniciará os trabalhos para a finalização do quadro institucional das equipas encarregues da elaboração, seleção, aprovação e priorização das propostas de projectos de investimento público.

5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) elaborados (RAP e Câmaras)

Iniciou-se o processo de actualização dos TdR de modo a se poder relançar o concurso em outros moldes.

Cronograma



Qualidade dos projectos de investimento melhorada

5.2.2 Integração das mudanças climáticas e género na preparação e avaliação de projectos

5.2.2.2 Elaboração de 4 Metodologias sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projectos

Durante o trimestre foram finalizadas e entregues as versões preliminares das metodologias simplificadas para avaliação económica:

- de projectos no sector da Educação;
- de projectos no sector da Saúde;
- de projectos de estradas;

- de projectos de edifícios públicos.

Foi igualmente elaborada uma nótula sobre directrizes para a incorporação da abordagem género em projectos de investimento. A dimensão das mudanças climáticas será abordada durante os próximos trimestres, com o apoio da AT ao GARFIP.

Todos estes documentos serão validados pela DP durante o 4º trimestre, de modo a serem aprovados e passarem a ser obrigatórios na avaliação económica e financeira dos projectos a constarem do Programa de Investimentos Públicos. Dever-se-á também discutir o momento de entrada em vigor destes instrumentos, se deverá ou não coincidir com a entrada em funcionamento do e-SNIP.

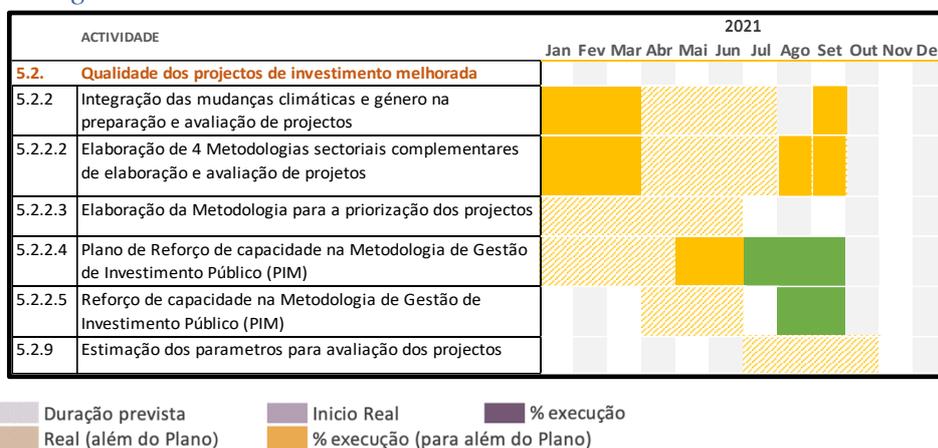
5.2.2.4 Plano de reforço de capacidade na Metodologia de Investimento Público

Durante o trimestre, foi submetido, à DP, o plano de reforço de capacidade na utilização das metodologias de avaliação sectoriais para que a mesma seja validada e possa-se iniciar o processo de reforço de capacidade.

5.2.2.4 Reforço de capacidade na Metodologia de Investimento Público

No trimestre iniciou-se a realização das acções de formação previstas no Plano de capacitação. Todavia, devido à re-introdução de restrições sanitárias por causa da COVID-19 que levaram à limitação de pessoas por sala, a formação só contemplou técnicos da DP, devendo dar-se continuidade a estas acções nos próximos meses, para os demais funcionários da Administração Pública.

Cronograma

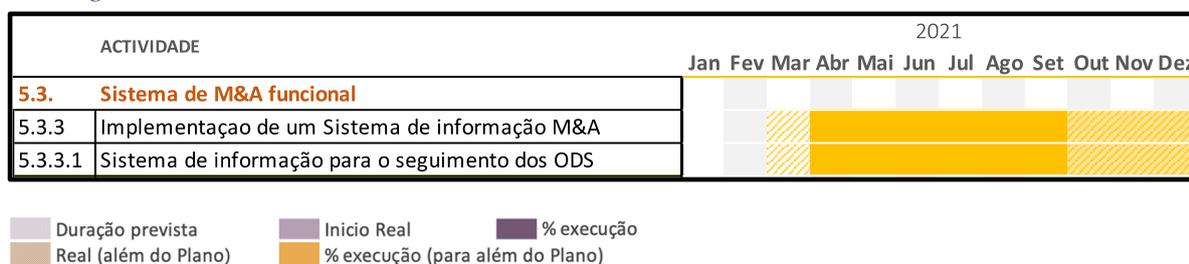


Sistema de M&A funcional

5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

Os trabalhos de desenvolvimento da Plataforma Nacional de Comunicação e Divulgação de Dados, tendo sido entregue o primeiro produto, que é um dashboard que permitirá monitorizar o cumprimento das ODS, nomeadamente nas questões das Finanças Públicas. Continuar-se-á nos próximos trimestres os trabalhos de desenvolvimento da plataforma web (STP dados) que permitirá fazer a monitoria do PNDS.

Cronograma



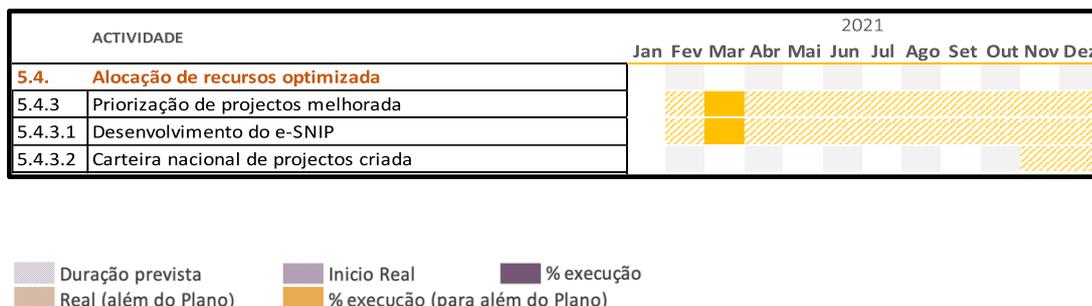
Alocação de recursos otimizada

5.4.3 Priorização de projectos melhorada

5.4.3.1 e- SNIP criado

Não foi possível obter o financiamento pretendido, o que não permitiu o arranque do projecto como desejado, estando-se neste momento á procura de soluções alternativas.

Cronograma

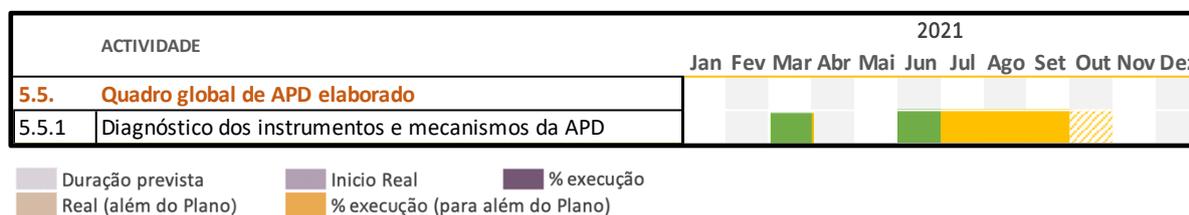


Quadro Global da APD melhorado

5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

Durante este período relançou-se o processo de seguimento da ajuda externa, recorrendo ao *fine-tuning* do Sistema de Informação de Seguimento da Ajuda (SISA), através de melhorias introduzidas pela DITEI, que também alojará o sistema. No 4º trimestre, far-se-á a apresentação do sistema, com a perspectiva de que entrará em funcionamento no 1º trimestre de 2022.

Cronograma



PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes

Produtos do Programa Operacional:

| # | Produto | Status de execução |
|------------------|--|--------------------|
| Produto 1 | Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados | Atraso |
| Produto 2 | Controlos Internos reformates | Atraso menor |
| Produto 3 | Qualidade da auditoria reforçada | Conforme previsto |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas certos atrasos, em comparação com as actividades inicialmente previstas.

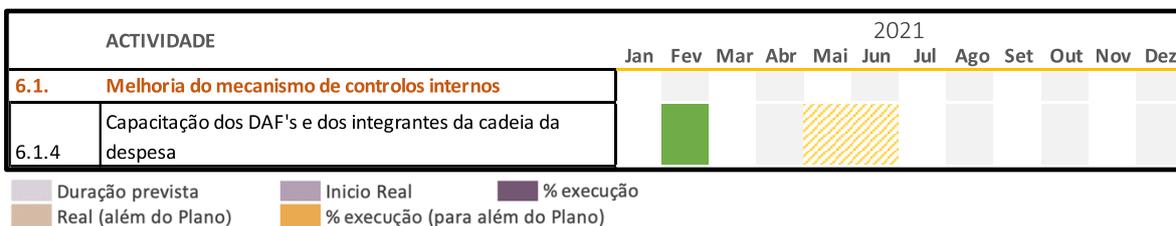
Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foram executadas as acções seguintes estruturadas nas componentes abaixo:

Melhoria do mecanismo de controlos internos

6.1.4 Capacitação dos DAF's e dos integrantes da cadeia da despesa

As restrições derivadas da pandemia da COVID-19 não permitiram avançar com a realização da acção de formação, que deverá ocorrer no fim do 4º trimestre de 2021 ou início do ano de 2022.

Cronograma

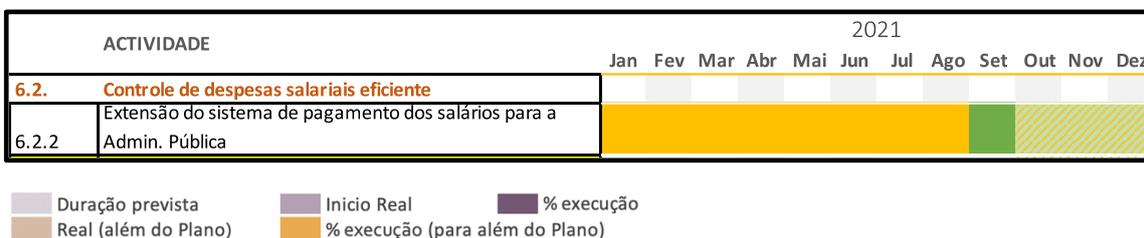


Controle de despesas salariais eficiente

6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública

Durante o período efectuaram-se, com sucesso, testes de interligação entre o sistema de salários e o sistema de Gestão dos Recursos Humanos (SRH) da Administração Pública. A entrada em produção desta interligação estará dependente do pleno funcionamento do SRH.

Cronograma



Gestão do pessoal melhorada

6.3.2 Revisão do Código do Procedimento Administrativo

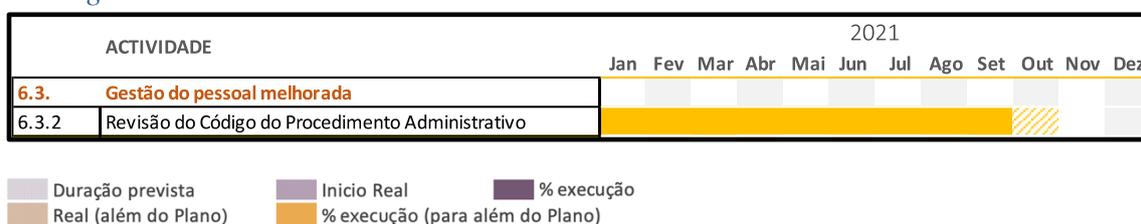
O Código do Procedimento Administrativo foi apresentado publicamente e debatido, tendo sido recolhidos subsídios para a sua melhoria. Após este exercício, os consultores actualizaram o ante-projecto, tendo o mesmo sido submetido ao Governo, que irá solicitar à Assembleia Nacional uma autorização legislativa para a sua aprovação e publicação.

6.3.7 Capacitação das estruturas

Não foi possível avançar com a acção de capacitação, financiada pelo PRO-PALOP, dos Inspectores da Inspecção-geral da Administração Pública (IGAP) nos domínios de planificação estratégica e a realização de auditorias (financeiras e de desempenho), inquéritos e sindicâncias.

De forma a reforçar a capacidade de intervenção da IGAP, submeteu-se à apreciação da tutela a proposta de criação de uma comissão de 5 juristas para elaborar a lei orgânica da Inspecção.

Cronograma



Sistema de informação da administração pública funcional

6.5.1 Criação da BD dos funcionários

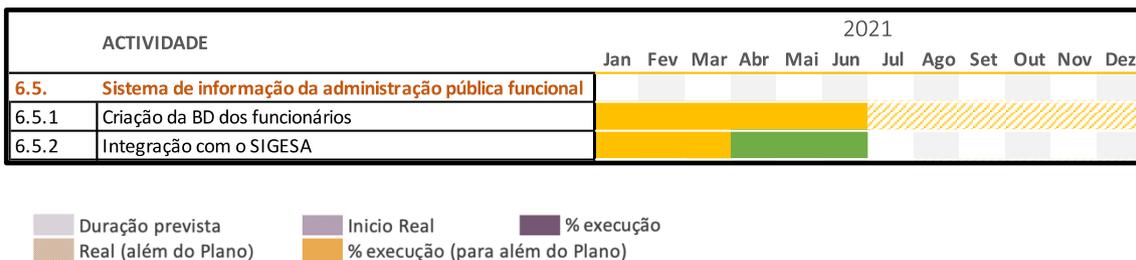
Após a finalização no 2º trimestre, do desenvolvimento do SRH, a sua entrada em funcionamento está condicionada ao (i) reforço do número de funcionários da Direcção-Geral da Administração Pública, para o operarem e (ii) a aquisição de equipamentos informáticos para o seu funcionamento. Assim, durante os próximos meses dever-se-á procurar soluções para a resolução destes dois condicionalismos de modo a explorar as potencialidades disponibilizados pelo seu funcionamento pleno.

A componente de capacitação na utilização do SRH não teve continuidade no trimestre, dado não haver financiamento para a realização das acções de formação, dirigidas aos funcionários públicos, para a utilização do Portal do Funcionário.

6.5.2 Integração com o SIGESA

A finalização da integração e a sua entrada em produção ocorrerá no ano 2022, após a resolução dos constrangimentos referidos nos pontos anteriores.

Cronograma



Abrangência da auditoria interna alargada

6.5.4 Qualidade das auditorias internas melhorada

6.6.4.1 Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho

Finalizou-se no período um guião para a realização das auditorias temáticas, o qual servirá de *benchmarking* para as auditorias em curso de execução.

No que se refere ao plano das auditorias planeadas para o ano 2/3 estão em curso, tendo-se concluído já 5, isto não obstante os constrangimentos provocados pela pandemia da COVID-19.

No quarto trimestre, discutir-se-á, com a AT de apoio ao GARFIP, o programa para uma eventual acção de auditoria que permita atingir o limiar de 50% da receita/despesa auditada, conforme as melhores práticas do PEFA.

6.5.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)

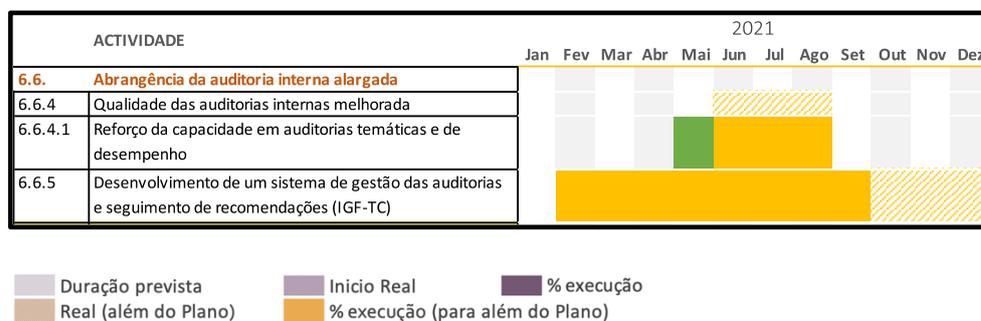
6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema

O desenvolvimento do sistema de informação para a Gestão de Recomendações (SGR) está concluído, tendo-se já apresentado, ao *staff* da IGF, 4 dos 5 módulos previstos. No último trimestre de 2021, apresentar-se-á o módulo de relatório e finalizar-se-á a elaboração do manual do utilizador, bem como far-se-á o carregamento das auditorias realizadas em 2020 e 2021 e suas respectivas recomendações.

Com estas actividades finalizadas, efectuar-se-á o lançamento público da plataforma em 2022.

O sistema permite definir a equipa de auditoria, o tipo de auditoria, a entidade a auditar, introduzindo de seguida o plano de auditoria.

Cronograma



Sistema de Aquisições e Património melhorado

6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional

6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações

Durante o trimestre, foram recebidos comentários, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, à proposta, que já tinha sido, entretanto, validada pela parte nacional. Após discussão pela Comissão de Seguimento, foi solicitado ao consultor, financiado pelo Banco

Mundial, a inclusão destas alterações na proposta, devendo esta ser submetida para aprovação pelo Governo no decurso do 3º trimestre.

6.7.1.2 *Elaboração dos regulamentos de suporte à Lei*

O consultor adequou as propostas aos comentários recebidos da parte do BM e do FMI, que serão submetidas para aprovação superior conjuntamente com a proposta de lei.

6.7.1.4 *Formação dos agentes de *procurement**

Foram iniciados contactos com o BM no sentido do financiamento das acções de formação relativas ao novo pacote legislativo.

6.7.1.5 *Campanha de informação sobre a nova lei*

Tendo em conta o peso das aquisições públicas na economia, dever-se-á acautelar a realização de uma campanha de formação/informação dirigidas aos operadores privados, para além da formação dos agentes de *procurement* públicos. Assim, a COSSIL irá iniciar uma acção de procura de financiamento para a execução desta actividade.

6.7.1.6 *Actualização dos Estatutos do COSSIL*

Os novos estatutos, que preveem a extinção do COSSIL e a criação da Autoridade Reguladora dos Contratos Públicos (ARCOP), foram submetidos ao Ministro para aprovação. A ARCOP terá assim, entre outras, as seguintes competências:

- a coordenação, supervisão e regulação do sistema de contratação pública e da actividade contratual das entidades públicas adjudicantes;
- a definição de políticas e da produção legislativa no domínio da contratação pública;
- a capacitação e da promoção de boas práticas e da ética em matéria de contratos públicos, e
- a criação de um sistema de contratação pública electrónico.

6.7.1.7 Plano Estratégico da Contratação Pública

O processo de contratação de uma consultoria para a elaboração do plano estratégico da contratação pública não avançou tendo em conta o atraso na conclusão da revisão da lei das licitações e demais instrumentos da contratação pública. Prevê-se que o início dos trabalhos possa ter lugar no 1º trimestre de 2022.

6.7.1.8 Estratégia da Contratação Pública electrónica

Durante o trimestre, lançou-se um concurso, co-financiado pelo BAD e pelo BM, para a selecção de um consultor para a elaboração da estratégia de *e-procurement* de STP e do respectivo roteiro de implementação, devendo o contrato ser assinado do 4º trimestre, com uma duração prevista dos trabalhos de 3 meses.

6.7.4 Desenvolvimento de um website de suporte ao COSSIL

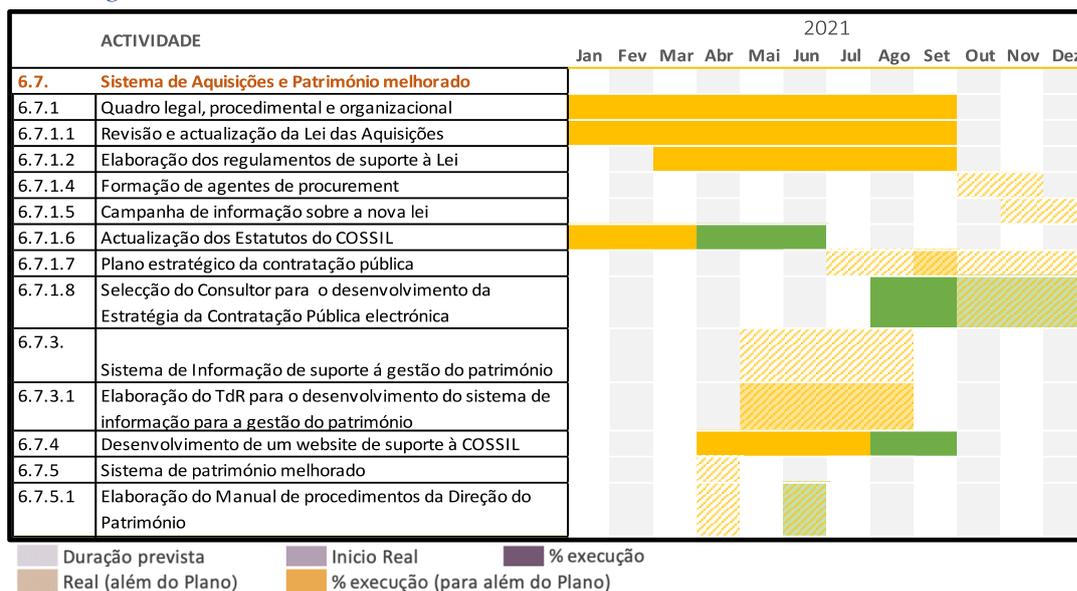
O processo de desenvolvimento do *website* do COSSIL sofreu atrasos, dado que o novo quadro legal ainda não foi aprovado, prevendo-se a sua conclusão no 1º trimestre de 2022.

6.7.5 Sistema de património melhorado

6.7.5.1 Elaboração do Manual de procedimentos da Direcção do Património

A Direcção do Património do Estado (DPE), enviou à DITEI, para publicação no website do MPFEA, o Manual de Procedimentos.

Cronograma



Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

Ainda não foi decidido qual o modelo deverá ser adoptado para o sistema de informação para a gestão orçamental, continuando em aberto as opções (i) fazer um *upgrade* do SAFE-*as-is*, (ii) manter a base de dados e fazer o *upgrade* da camada aplicacional para um outro software, ou (iii) desenvolver *ex-novo* um novo sistema de informação. Estas opções deverão ser dirimidas num futuro próximo, de modo a se iniciar o processo de procura de financiamento.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas

6.8.2.3 Aquisição de equipamento informáticos, de comunicação e de segurança

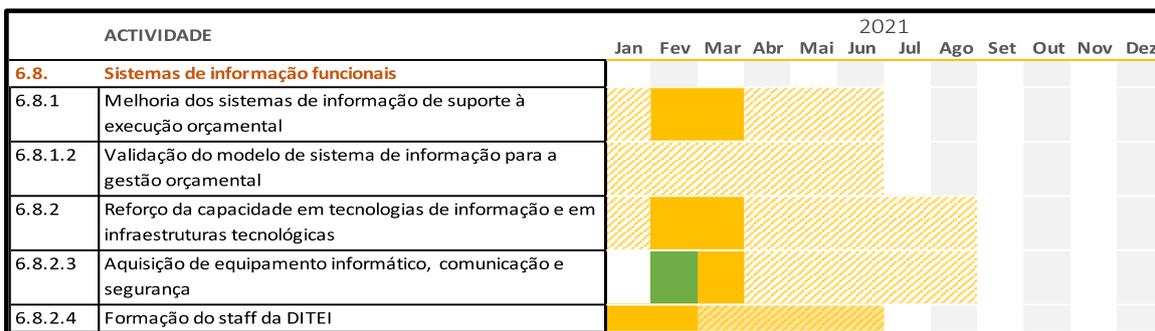
O concurso para aquisição, com financiamento do Banco Mundial, de UPS, equipamentos de refrigeração e equipamentos de vídeo-vigilância em circuito fechado não foi passível de ser lançado no 3º trimestre, prevendo-se a sua realização durante o próximo º trimestre.

6.8.2.4 Formação do staff da DITEI

Por questões logísticas não foi possível lançar o concurso para a execução de formações (financiamento do BM) no domínio de alimentação elétrica e refrigeração.

A DITEI, com o apoio do GARFIP assegurará que estas formações fazem parte do plano de actividade e orçamento, elaborados pela AFAP para o ano 2022.

Cronograma



PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis

Produtos do Programa Operacional:

| # | Produto | Status de execução |
|------------------|--|--------------------|
| Produto 1 | Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida | Atraso |
| Produto 2 | Utilização de normas internacionais | Atraso |
| Produto 3 | Informação financeira atempada | Atraso |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foram realizadas várias actividades, mas com vários atrasos, em comparação com as actividades inicialmente previstas.

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foram implementadas as acções constantes das componentes seguintes:

Melhoria da qualidade da informação produzida

7.2.3 Passagem do TOFE para o Manual de Estatísticas das Finanças Publicas

7.2.3.2 Dados da Administração local e FSA

Não se conseguiu, no trimestre, dar sequência aos trabalhos de passagem dos dados das EP’s, Câmaras Distritais, FSA e alguns Institutos para o novo formato do MEFP2014. Prevê-se que estas actividades e a transposição do TOFE de 2020, da administração central, tenham lugar no 4º trimestre.

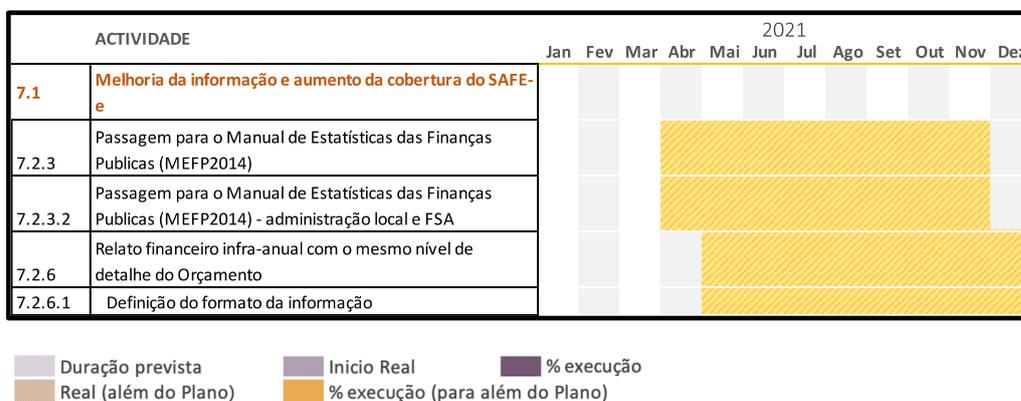
7.2.6. Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento

7.2.6.1 Definição do formato da informação

Os relatórios de execução orçamental trimestral, só a partir do 3º trimestre de 2022, incorporarão uma nova estrutura de mapas com detalhes adicionais relativamente ao nível da informação disponibilizada.

Esta decisão, fruto de análise interna, deve-se ao facto de haver atrasos na disponibilização da informação, o que não permitiu, por exemplo, a publicação atempada do relatório de execução orçamental do 1º trimestre de 2021, o que só aconteceu em Agosto de 2021, bem como do relatório de execução orçamental do 21º trimestre.

Cronograma

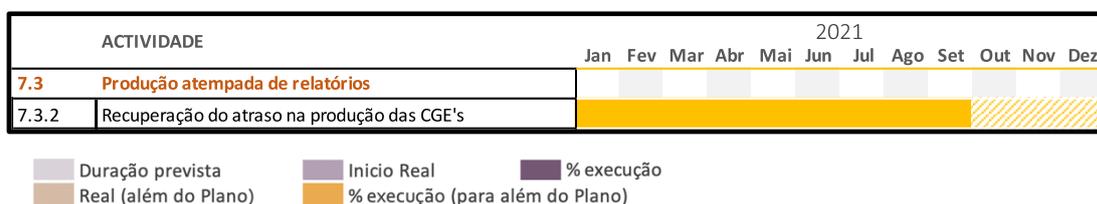


Produção atempada de relatórios

7.3.2. Recuperação do atraso na produção das CGE

O trabalho de elaboração da Conta Geral do Estado (CGE) do ano de 2020, sofreu um atraso substancial provocado pela demora na entrega das informações por parte das instituições não pertencentes à administração central do Estado. Assim, o prazo de entrega da CGE ao Tribunal de Contas (TC) passou a ser o mês de Dezembro de 2021.

Cronograma



PO.8 - Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

O Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos

Produtos do Programa Operacional:

| # | Produto | Status de Execução |
|------------------|---|--------------------|
| Produto 1 | Qualidade da auditoria externa ampliada | conforme previsto |
| Produto 2 | Seguimento das recomendações reforçado | conforme previsto |
| Produto 3 | Escrutínio parlamentar efectivo | conforme previsto |
| Produto 4 | Reforço da capacidade das OSC | conforme previsto |

Desde o início do PAFRIP II, no quadro deste programa foi realizada de uma maneira atempada para a quasi totalidade das actividades previstas.

Durante este trimestre, para a consecução dos produtos foram executadas o conjunto de acções integrados nas componentes seguintes:

Qualidade da auditoria externa reforçada

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

Cinco técnicos do TC continuam a frequentar o Curso de Pós-graduação em Finanças Públicas, ministrado pelo ISCTE, que terá o seu fim em Dezembro de 2021.

Sabendo que os conhecimentos para serem consolidados devem ser utilizados pelos formados dentro de 3 meses apos o final da formação, o TC incluirá uma auditoria de desempenho no seu programa de auditorias para o ano 2022.

Cronograma



Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais

8.2.2 Elaboração dos TdR's para o desenvolvimento do sistema de informação

Iniciou-se, com base nas capacidades internas de informática, a elaboração de um projecto visando i) a reformulação do sistema existente (contabilidade, gestão dos edifícios, registo de processos à entrada e registo da decisão) e ii) o desenvolvimento de módulos para a tramitação processual, vistos, gestão de bens patrimoniais, auditorias e Conta Geral do Estado.

Neste quadro, fez-se um levantamento das necessidades de equipamentos para suportar o sistema actual e futuro e que também permitam efectuar de forma eficiente a digitalização dos processos submetidos a decisão do TC.

8.2.4 Operacionalização do seguimento da implementação das recomendações

De modo a ultrapassar as restrições provocadas pela pandemia da COVID-19, o TC tem vindo a efectuar o seguimento das recomendações através de envio de questionários às entidades auditadas, abordagem essa que tem permitido obter bons resultados e informação sobre o status quo da implementação das recomendações.

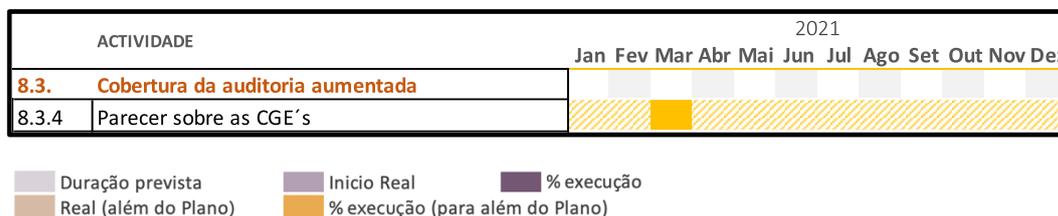


Cobertura da auditoria aumentada

8.3.4 Parecer sobre as CGE's

Os trabalhos sobre o Relatório e Parecer (RP) do Tribunal de Contas sobre a CGE de 2018 e também sobre a CGE de 2019, serão retomados no 4º trimestre do ano, dado que se finalizaram as auditorias relativas as despesas da COVID-19. O TC irá procurar na medida do possível entregar os dois pareceres ainda em 2021.

Cronograma



Capacidade de escrutínio da Assembleia Nacional (AN) reforçada

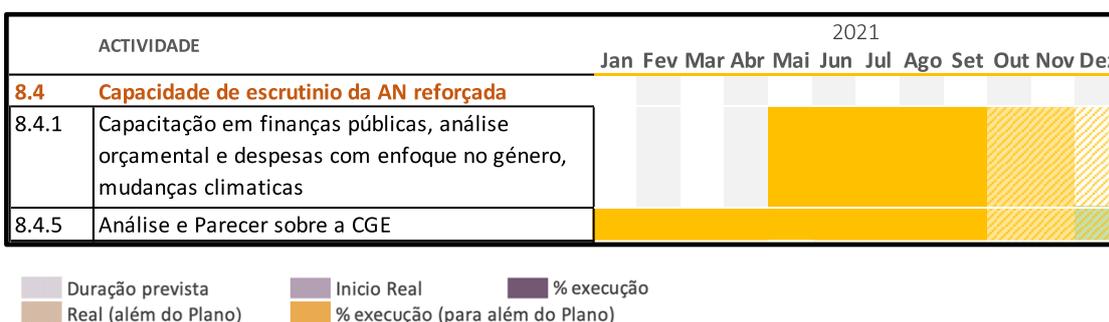
8.4.1 Capacitação em Finanças Públicas, análise orçamental e despesas com enfoque no género e mudanças climáticas

Deu-se continuidade à acção de formação em Pós-graduação em Finanças Públicas ministrado pelo ISCTE.

8.4.5 Análise e Parecer sobre a CGE

Acordou-se que as CGE's pendentes (2010-2017), serão analisadas e aprovadas, com base no parecer da Comissão Eventual, durante a sessão parlamentar do mês de Outubro de 2021, permitindo à Assembleia Nacional colmatar o gap na discussão e aprovação das CGE e dos respectivos Relatórios de auditoria emitidos pelo TC.

Cronograma



Escrutínio das OSC's funcional

8.5.1 Reforço das capacidades da Organizações da Sociedade Civil (OSC's)

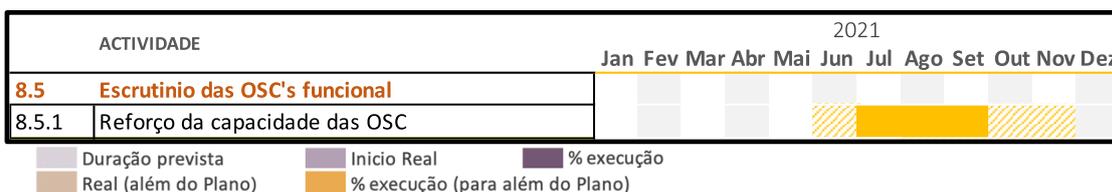
No trimestre, a Federação das Organizações das ONG's (FONG) de São Tomé e Príncipe iniciou o processo de consulta pública, com as autoridades camarárias, do ante-projecto de regulamento dos Conselhos Consultivos Locais e Regional. Estes órgãos pretendem ser o veículo privilegiado para a construção de uma cidadania activa, responsável, motivada e consciente através da participação das comunidades no desenho, discussão e aprovação de

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

orçamentos participativos. Esta iniciativa conta com a parceria do Ministério da Descentralização, prevendo-se que o regulamento possa ser aprovado durante o ano de 2022.

Iniciaram-se, igualmente, os trabalhos preparatórios visando a realização no 4º trimestre, através do Centro de Integridade Pública (CIP) de São Tomé e Príncipe, de acções de sensibilização das comunidades e seus líderes para a análise e monitoria do Orçamento do Estado e a capacitação na abordagem do Orçamento sensível ao género.

Cronograma



PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

III. PARFIP II – Execução do Orçamento – T2 de 2021

Orçamento executado 2021 do PARFIPP II

A informação sobre a execução orçamental do T3-2021 é muito limitada. A semelhança do 1º e 2º Trimestres, não foi possível completar a execução do orçamento do PARFIP II, por falta de informação disponível no SAFE-e ou entregue ao GARFIP pelos Pontos Focais.

O sistema de relato financeiro para as reformas continua a não estar implementado para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação sobre os financiamentos 2021, pelos parceiros, não permite de preencher a parte das fontes do relatório financeiro das reformas:

| FONTES E USOS | | 3º TRIMESTRE 2021 | | | | ANO 2021 | | | | TOTAL 2020-2023 | | | |
|-----------------------|----------------------|-------------------|------------------|-----------|--------------|-------------------|------------------|------------------|-------------|-------------------|------------------|------------------|--------------|
| | | Previsto | | Executado | Var. (%) | Previsto | | Executado | Var. (%) | Previsto | | Executado | Progr. (%) |
| | | Moeda de origem | STN | | | Moeda de origem | STN | | | Moeda de origem | STN | | |
| I | Fontes | | | | | | | | | | | | |
| 1 | Estado de STP | ? | ? | ? | 0% | 389,581 | 389,581 | ? | 0% | 28,846,728 | 28,846,728 | ? | 0% |
| 2 | Uniao Europeia | | | | 0% | | | ? | 0% | ? | | ? | 0% |
| 3 | Banco Mundial (AFAP) | 457,220 | 9,281,562 | | 0% | 1,828,879 | 37,126,248 | 1,371,659 | 4% | 3,320,731 | 67,410,847 | 25,667,905 | 38% |
| 4 | BAD | | | | 0% | | | ? | 0% | ? | | ? | 0% |
| 5 | Pro-Palop | | | | 0% | | - | - | 0% | ? | ? | 3,489,732 | 0% |
| 6 | PNUD | | | | 0% | | | ? | 0% | ? | | ? | 0% |
| Total Recursos | | 457,220 | 9,281,562 | - | -100% | Equ. Euros | 1,531,258 | 1,371,659 | -96% | Equ. Euros | 3,928,881 | 1,190,108 | 30.3% |

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

| FONTES E USOS | | 3º TRIMESTRE 2021 | | | | ANO 2021 | | | | TOTAL 2020-2023 | | | |
|---------------|---|-------------------|------------------|------------------|-------------|-----------------|-------------------|------------------|--------------|------------------|-------------------|-------------------|------------|
| | | Previsto | | Executado | Var. (%) | Previsto | | Executado | Var. (%) | Previsto | | Executado | Progr. (%) |
| | | Moeda de origem | STN | | | Moeda de origem | STN | | | Moeda de origem | STN | | |
| II | Usos | | | | | | | | | | | | |
| PO B. | Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas | 138,300 | 3,388,350 | 3,635,225 | 107% | 511,000 | 12,519,500 | 3,635,225 | -71% | 509,980 | 12,724,810 | 3,847,721 | 30% |
| B.1. | Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP | 106,750 | 2,615,375 | 2,615,375 | 100% | 427,000 | 10,461,500 | 2,615,375 | 25% | 111,000 | 2,719,500 | 2,827,871 | 104% |
| B.2. | Melhoria do quadro jurídico | - | - | - | 0% | 8,400 | 205,800 | - | 0% | 9,400 | 230,300 | - | 0% |
| B.3. | Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas | 6,250 | 153,125 | 400,000 | 261% | 25,000 | 612,500 | 400,000 | 65% | 98,380 | 2,410,310 | 400,000 | 17% |
| B.4. | Formação para a implementação das reformas | 19,600 | 480,200 | 480,200 | 100% | 39,200 | 960,400 | 480,200 | 50% | 289,200 | 7,085,400 | 480,200 | 7% |
| B.5. | Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II | 5,700 | 139,650 | 139,650 | 100% | 11,400 | 279,300 | 139,650 | 50% | 2,000 | 279,300 | 139,650 | 50% |
| PO 1. | Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação | 44,750 | 1,096,375 | N/D | 0% | 89,500 | 2,192,750 | - | 0% | 349,378 | 8,559,761 | - | 0% |
| 1.1. | Processo de elaboração do orçamento melhorado | 16,750 | 410,375 | - | -100% | 33,500 | 820,750 | - | 0% | 106,378 | 2,606,261 | - | - |
| 1.2. | Previsões macro-fiscais sólidas | 15,500 | 379,750 | - | -100% | 31,000 | 759,500 | - | 0% | 110,000 | 2,695,000 | - | - |
| 1.3. | QDMP global | 12,500 | 306,250 | - | -100% | 25,000 | 612,500 | - | 0% | 133,000 | 3,258,500 | - | - |
| PO. 2 | Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita | 394,700 | 9,670,150 | N/D | 0% | 789,400 | 19,340,300 | - | -100% | 3,122,202 | 76,493,940 | 11,717,343 | 15% |
| 2.1. | Modelo de gestão com base em resultados | 88,700 | 2,173,150 | - | -100% | 177,400 | 4,346,300 | - | -100% | 315,800 | 7,737,100 | 11,717,343 | - |
| 2.2. | IVA | 140,000 | 3,430,000 | - | -100% | 280,000 | 6,860,000 | - | -100% | 1,671,402 | 40,949,340 | - | 0% |
| 2.3. | Melhoria da gestão da receita | 100,000 | 2,450,000 | - | -100% | 200,000 | 4,900,000 | - | -100% | 420,000 | 10,290,000 | - | - |
| 2.4. | Plano de Comunicação (Contribuinte Informado) | - | - | - | 0% | - | - | - | 0% | 150,000 | 3,675,000 | - | - |
| 2.5. | Gestão de risco operacional | 30,000 | 735,000 | - | -100% | 60,000 | 1,470,000 | - | -100% | 270,000 | 6,615,000 | - | - |
| 2.6. | Auditoria eficaz | 36,000 | 882,000 | - | -100% | 72,000 | 1,764,000 | - | -100% | 132,000 | 3,234,000 | - | - |
| 2.7. | Volume de atrasados conhecidos e controlados | - | - | - | 0% | - | - | - | 0% | 163,000 | 3,993,500 | - | - |
| PO 3. | Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria | 191,240 | 4,685,380 | N/D | 0% | 382,480 | 9,370,760 | - | -100% | 785,093 | 19,234,775 | - | 0% |
| 3.1. | Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna) | 115,800 | 2,837,100 | - | -100% | 231,600 | 5,674,200 | - | -100% | 590,283 | 14,461,930 | - | 0% |
| 3.2. | Tesouraria | 75,440 | 1,848,280 | - | -100% | 150,880 | 3,696,560 | - | -100% | 194,810 | 4,772,845 | - | 0% |
| PO 4. | Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das | 99,500 | 2,437,750 | N/D | 0% | 199,000 | 4,875,500 | - | -100% | 1,925,121 | 47,165,468 | 4,672,857 | 10% |
| 4.1. | Governança Reforçada nas EP's | 99,500 | 2,437,750 | - | -100% | 199,000 | 4,875,500 | - | -100% | 1,581,821 | 38,754,618 | 4,672,857 | 12% |
| 4.2. | Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais | - | - | - | 0% | - | - | - | 0% | 39,050 | 956,725 | - | 0% |
| 4.3. | Sistema de controlo interno funcional | - | - | - | 0% | - | - | - | 0% | 235,250 | 5,763,625 | - | 0% |
| 4.4. | Auditoria interna eficaz | - | - | - | 0% | - | - | - | 0% | 69,000 | 1,690,500 | - | 0% |

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

| FONTES E USOS | | 3º TRIMESTRE 2021 | | | | ANO 2021 | | | | TOTAL 2020-2023 | | | |
|------------------------------------|---|-------------------|-------------------|------------|--------------|------------------|-------------------|------------------|--------------|------------------|--------------------|-------------------|------------|
| | | Previsto | | Executado | Var. (%) | Previsto | | Executado | Var. (%) | Previsto | | Executado | Progr. (%) |
| | | Moeda de origem | STN | | | Moeda de origem | STN | | | Moeda de origem | STN | | |
| PO 5. | Optimização da gestão do Investimento Público | 8,000 | 196,000 | N/D | 0% | 32,000 | 784,000 | - | -100% | 563,200 | 13,798,400 | - | 0% |
| 5.1. | Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado | 2,500 | 61,250 | | -100% | 10,000 | 245,000 | | -100% | 121,000 | 2,964,500 | | 0% |
| 5.3. | Sistema de M&A funcional | 3,500 | 85,750 | | -100% | 14,000 | 343,000 | | -100% | 362,200 | 8,873,900 | | 0% |
| 5.4. | Alocação de recursos otimizada | - | - | | 0% | - | - | | 0% | 70,000 | 1,715,000 | | 0% |
| 5.5. | Quadro global de APD elaborado | 2,000 | 49,000 | | -100% | 8,000 | 196,000 | | -100% | 10,000 | 245,000 | | 0% |
| PO 6. | Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos) | 89,460 | 2,191,770 | N/D | 0% | 357,840 | 8,767,080 | - | -100% | 1,452,103 | 35,576,534 | - | 0% |
| 6.1. | Melhoria do mecanismo de controlos internos | 625 | 15,313 | | -100% | 2,500 | 61,250 | | -100% | 40,000 | 980,000 | | 0% |
| 6.3. | Gestão do pessoal melhorada | 1,125 | 27,563 | | -100% | 4,500 | 110,250 | | -100% | - | - | | |
| 6.5. | Sistema de informação da administração pública funcional | - | - | | 0% | - | - | | 0% | 189,500 | 4,642,750 | | 0% |
| 6.6. | Abrangência da auditoria interna alargada | 11,148 | 273,114 | | -100% | 44,590 | 1,092,455 | | -100% | 127,090 | 3,113,705 | | 0% |
| 6.7. | Sistema de Aquisições e Património melhorado | 37,063 | 908,031 | | -100% | 148,250 | 3,632,125 | | -100% | 510,513 | 12,507,579 | | 0% |
| 6.8. | Sistemas de informação funcionais | 39,500 | 967,750 | | -100% | 158,000 | 3,871,000 | | -100% | 585,000 | 14,332,500 | | 0% |
| PO 7. | Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais) | 27,888 | 683,244 | N/D | 0% | 111,550 | 2,732,975 | - | -100% | 149,810 | 3,670,345 | - | 0% |
| 7.1. | Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e | 8,888 | 217,744 | | -100% | 35,550 | 870,975 | | -100% | 35,550 | 870,975 | | |
| 7.2. | Melhoria da qualidade da informação produzida | 7,125 | 174,563 | | -100% | 28,500 | 698,250 | | -100% | 51,760 | 1,268,120 | | |
| 7.3. | Produção atempada de relatórios | 11,875 | 290,938 | | -100% | 47,500 | 1,163,750 | | -100% | 62,500 | 1,531,250 | | |
| PO 8. | Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa | 49,412 | 1,210,600 | N/D | 0% | 197,649 | 4,842,401 | - | -100% | 937,870 | 22,977,815 | - | 0% |
| 8.1. | Qualidade da auditoria externa reforçada | 11,750 | 287,875 | | -100% | 47,000 | 1,151,500 | | -100% | 334,918 | 8,205,491 | | |
| 8.2. | Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais | 13,961 | 342,032 | | -100% | 55,842 | 1,368,129 | | -100% | 235,956 | 5,780,922 | | |
| 8.4. | Capacidade de escrutínio da AN reforçada | 12,250 | 300,125 | | -100% | 49,000 | 1,200,500 | | -100% | 144,246 | 3,534,027 | | |
| 8.5. | Escrutínio das OSC's funcional | 11,452 | 280,568 | | -100% | 45,807 | 1,122,272 | | -100% | 222,750 | 5,457,375 | | |
| Total Aplicado no PARFIP II | | 1,043,250 | 25,559,619 | | -100% | 2,670,419 | 65,425,266 | 3,635,225 | -94% | | 240,201,848 | 20,237,921 | 8% |
| | | | | | | | | | | (aprox.) | 9,804,157 | Euros | |

O valor total das reformas em Dobras é aproximativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

IV. Próximos passos

Para o quarto trimestre de 2021, estão previstas as seguintes actividades: (i) finalização do RTR T3-2021, aprovação (pelo CD) e publicação dos Relatórios de Actividades das Reformas T2 e T3, (ii) obtenção de informação financeira sobre as despesas com as reformas da GFP, por parte da Contabilidade Pública (para realizadas com financiamento interno) e dos parceiros de desenvolvimento, (iii) realização de uma Reunião da Instância de Diálogo, visando (a) finalizar a sua operacionalização, com a aprovação dos seus TdR (b) obter informações sobre os financiamentos previstos para o próximo ano, que serão utilizados para a elaboração do orçamento de 2022 do PARFIP II, (iv) continuação da implementação das reformas, nos limites dos recursos disponíveis e das actividades não necessitando financiamento, (v) finalização da elaboração do Plano de Actividades e Orçamento de Reforma para o ano de 2022, (vi) elaboração, com apoio dos consultores, de um conjunto de documentos de orientação e TdR's em apoio à implementação das reformas, nomeadamente dando seguimento e estendendo o piloto realizado com a DO (Proposta de melhoria de 5 Indicadores PEFA), para a identificação e a priorização de actividades de melhoria de indicadores específicos PEFA, a outras direcções do MPFEA, e (vii) acompanhamento da implementação das recomendações do GARFIP, apresentadas acima, no Resumo Executivo deste relatório.

_____//_____

Anexos**Listas de Pessoas Encontradas**

| Nome | Direcção | Função |
|--------------------------------|-----------------|--|
| Ana Maria Silveira | GARFIP | Directora |
| Jukisia Salvador | GARFIP | Técnica do GARFIP |
| Jairson Barreto | GARFIP | Técnico do GARFIP |
| Abnilde Correia | GARFIP | Técnico do GARFIP |
| Anisa Rodrigues | DT/GD | Técnica - responsável Divida Externa e Ponto Focal |
| Márcio Nascimento | DT/GD | Técnico - responsável Divida Interna |
| Pedro Gouveia Neto de Lima | DPE | Director |
| Hilário Paiva | DPE | Chefe de departamento do Apoio Geral e Ponto Focal |
| Neusa Raquel Lima | DPE | Chefe de departamento de Gestão Patrimonial |
| Edaythe Ramos | DPE | Chefe de departamento de Inventário e Cadastro |
| Wagner Fernandes | DO | Director |
| Cadyna Afonso Da Costa Cardoso | DO | Técnica do Orçamento e Ponto Focal |
| Edson Martins | DITEI | Director |
| Euritizeze Varela Tavares | DITEI | Técnica DITEI e Ponto Focal |
| Joana Varela | DP | Directora |
| Sleid Costa | DP | Chefe de departamento de Planeamento e Prospetiva |
| Abdul Barros | DP | Chefe de departamento de Políticas Macroeconómicas e Ponto Focal |
| Ezzis Carvalho | DP | Técnico do Departamento de Políticas Públicas e Ponto Focal |
| Demóstene Pires Santos | IGF | Inspector-geral Adjunto e Ponto Focal |
| Adelino Vera-Cruz | IGF | Inspector e Ponto Focal |
| Júlio Carvalho | IGF | Inspector decano |
| Chris Barroso | | Empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema da IGF |
| Evandro Monteiro | | Empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema da IGF |
| Cristina Dias | AN | Deputada e Vice-Presidente da 2ª Comissão da AN |
| Maria das Neves | AN | Deputado e membro da 2ª Comissão |
| André Ramos | AN | Deputado e membro da 2ª Comissão |
| Arlindo Ramos | AN | Deputado e membro da 2ª Comissão |
| Adilson Managem | AN | Deputado e membro da 2ª Comissão |

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

| Nome | Direcção | Função |
|-------------------------|-----------------|---|
| Celso Quaresma | AN | Consultor da 2ª Comissão |
| Alcino Afonso | AN | Assessor Parlamentar |
| Ediley Mendes | AN | Técnico e Ponto Focal |
| Cislau Costa | DC | Director |
| Odair Menezes | DC | Chefe do departamento de Normas e Processos Contabilísticos e Ponto Focal |
| Leopoldo Rita | DC | Chefe de departamento de Acompanhamento e Análise |
| Maria Estela dos Santos | COSSIL | Coordenador do COSSIL |
| Kelmany Rocha de Ceita | COSSIL | Técnico COSSIL e Ponto Focal |
| Carlos Benguela | DGA | Director-geral |
| Denilson Carvalho | DNAP | Chefe de departamento de Recursos Humanos |
| Velásio Amado | IGAP | Inspector-chefe |
| Aguinaldo Salvaterra | | Empresa responsável pelo desenvolvimento do SIGESA e SRH |
| Maria Tomé | DT | Directora |
| Belmiro Costa | DT | Chefe de departamento de Tesouraria e Gestão de Contas |
| Ângela Leite | DT | Técnico e Ponto Focal |
| Zózimo do Nascimento | DT | Técnico da secção das empresas participadas |
| Abdelaziz Tavares | DT | Técnico da secção das empresas participadas |
| Lúcia Batista Lima Neto | TC | Juíza-Conselheira |
| Isabel Cunha | TC | Secretária-geral e Ponto Focal |
| Aura Paquete | TC | Chefe de departamento de Auditoria e Controle Concomitante |
| Carlos Bonfim | AFAP | Conselheiro Técnico do PRCI |
| Edmilza Afonso | DI | Técnica da secção da coordenação técnica |
| Ceutónia Lima Neto | BAD | Coordenadora de operações do BAD |
| Jorge de la Peza | BAD | Responsável Sénior pela Governação e Gestão Económica |
| Felisberto Mateus | BAD | Economista Sénior |
| Deodato Capela | CIP | Director |
| Eduardo Elba | FONG | Secretário Executivo |

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – RTR T3 - 2021

Reuniões realizadas

| Mês: /2021 | |
|------------|--|
| Outubro | Encontros |
| 14 | Reunião de trabalho com o GARFIP, DO |
| 15 | Reunião de trabalho com a DP, COSSIL, DGA e o GARFIP |
| 16 | Apoio na preparação da proposta de orçamento-género do OE 2022 |
| 18 | Reunião de trabalho com a DPE, DCP, DT, Gabinete da Divida, DITEI |
| 19 | Reunião de trabalho com a IGF, TC, DNAP, IGAP, AN, AFAP |
| 20 | Reunião com aDI e trabalho para as sessões de formação e preparação encontro com MPFEA |
| 21 | Formação M&A |
| 22 | Formação M&A |
| 23 | Trabalho no RTR T3 |
| 24 | |
| 25 | Encontro com o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul; Formação sobre Gestão de Projectos e <i>coaching</i> corporativo, Encontro de trabalho com GARFIP |
| 26 | Encontro de trabalho com a DO, Encontro de trabalho com o GARFIP, encontro de trabalho com o BAD |
| 27 | Encontro com a DP, DITEI e projecto QIR; <i>Debriefing</i> com o GARFIP e perspectivas para o Plano de Actividades de 2022 e <i>modus operandi</i> para a elaboração do Relatório Anual 2021 |

| Mês: /2021 | |
|------------|--------------------------------------|
| Novembro | Encontros |
| 1 | Reunião de trabalho com a CIP e FONG |